



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ERICK RODRIGO PORTO PINHO**

**A OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO EM SANTARÉM (PA)**

**Santarém/PA  
2023**

**ERICK RODRIGO PORTO PINHO**

**A OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO EM SANTARÉM (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas; Universidade Federal do Oeste do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão.

**Santarém-PA  
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

- P654o Pinho, Erick Rodrigo Porto  
A ocupação Vista Alegre do Juá no contexto da produção do espaço urbano em Santarém (PA)./ Erick Rodrigo Porto Pinho- Santarém, 2023.  
76 p. : il.  
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Andréa Simone Rente Leão.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Ciências Econômicas.
1. Ocupação Urbana. 2. Produção do Espaço. 3. Vista Alegre do Juá. 4. Santarém-PA. I. Leão, Andréa Simone Rente, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 307.76098115

**ERICK RODRIGO PORTO PINHO**

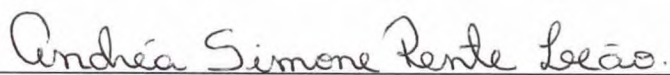
**A OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO EM SANTARÉM (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas; Universidade Federal do Oeste do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão.

Conceito: 10,00 (10ez)  
Data de Aprovação: 03/07/2023

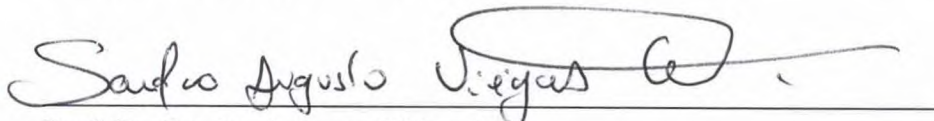
Banca Examinadora



Profa. Dra. Andréa Simone Rente Leão – Orientadora  
Universidade Federal do Oeste do Pará



Profa. MSc. Elen Cristina da Silva Pessôa  
Universidade Federal do Oeste do Pará



Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão  
Universidade Federal do Oeste do Pará

## AGRADECIMENTOS

As primeiras pesquisas que deram origem a este trabalho foram iniciadas no âmbito do grupo de pesquisa “O Direito à Cidade em Santarém: instituições e atores”, coordenado pela professora Ana Beatriz Oliveira Reis (Bia), dentro do qual fui contemplado com uma Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) para execução do plano de trabalho intitulado “O direito à cidade e as ocupações urbanas em Santarém-PA: um estudo de caso sobre a ocupação Vista Alegre do Juá”. Frutos da pesquisa com esse tema foram publicados em alguns periódicos e anais de eventos ao longo do percurso acadêmico. Destaco aqui alguns bem importantes, como a Revista Terceira Margem Amazônia (2018) e Revista Científica Foz (2020), XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR/2019) e 45º Encontro Nacional dos Estudantes de Economia (2019), este último com premiação de terceiro melhor trabalho na categoria geral do evento. Além dos livros “Cidades e Bem Viver na Amazônia” (organizado pelo nosso grupo de pesquisa em 2019) e “Direito à cidade e ocupações urbanas: pesquisas empíricas” (2020).

Neste sentido, devo aqui meus mais profundos agradecimentos à Bia e ao Yuri, importantes parceiros nessa jornada da pesquisa que gerou bons resultados, contribuindo tanto no levantamento de campo, nas orientações, discussões, como também participaram das publicações acima citadas.

Além do mais, devo cada conquista ao Mestre espiritual que tenho nessa caminhada da vida. Minha mãe Teresinha a quem muito devo ter chegado onde cheguei e pela qual me motivo ir ainda mais longe. E minha digníssima esposa Raissa Alvarenga que conheci no início da graduação de Economia e hoje concluímos o curso juntos, com uma bonita história de auxílio mútuo, parceria e carinho para que pudessemos vencer esta importante etapa de nosso percurso acadêmico e profissional.

Por fim, agradeço à professora Andréa Leão por ter topado me orientar neste trabalho e dado os devidos empurrões e puxões de orelha para que eu o concluísse, além de contribuir muito para que eu pudesse me aprimorar na escrita acadêmica, bem como à Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) por estes 10 anos de caminhada ao longo das duas graduações seguidas (Gestão Pública e Ciências Econômicas), ciclo o qual encerro aqui.

*Tem certos dias em que eu penso em minha gente  
E sinto assim todo o meu peito se apertar  
Porque parece que acontece de repente  
Feito um desejo de eu viver sem me notar  
Igual a como quando eu passo no subúrbio  
Eu muito bem-vindo de trem de algum lugar  
E aí me dá como uma inveja dessa gente  
Que vai em frente sem nem ter com quem contar*

*São casas simples com cadeiras na calçada  
E na fachada escrito em cima que é um lar  
Pela varanda flores tristes e baldias  
Como a alegria que não tem onde encostar  
E aí me dá uma tristeza no meu peito  
Feito um despeito de eu não ter como lutar  
E eu que não creio peço a Deus por minha gente  
É gente humilde que vontade de chorar.*

**Gente Humilde** (Chico Buarque)

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema a produção do espaço urbano em Santarém, a partir de um estudo na Ocupação Vista Alegre do Juá. Tendo como objetivo descrever como se deu o surgimento da ocupação Vista Alegre do Juá no contexto da produção do espaço urbano em Santarém/PA. O município de Santarém se configurou inicialmente a partir das relações que desenvolveu com o rio ao longo do seu processo histórico de formação. Nas últimas décadas, a cidade experimentou a expansão da fronteira agropecuária e vem sendo transformada de acordo com a dinâmica do capital imobiliário. Este tem causado cada vez mais a valorização do espaço urbano, contribuindo para a periferização e o surgimento de ocupações urbanas no município. Consiste em uma pesquisa descritiva, bibliográfica e de campo, utilizando-se das técnicas qualitativas de análise dos dados. Como resultado, pode-se compreender que há uma lógica excludente de produção do espaço urbano da qual a ocupação Vista Alegre do Juá, tal como as demais existentes, é consequência. Assim, é necessário que as políticas habitacionais do município possam ser efetivas no sentido de regular a ocupação do espaço, minimizar o déficit habitacional e garantir que a população de baixa renda possa ter acesso à moradia pelas vias formais.

**Palavras-Chave:** Ocupação Urbana. Produção do Espaço. Vista Alegre do Juá. Santarém/PA.

## ABSTRACT

The present work has as its theme the production of urban space in Santarém, based on a study in the Ocupação Vista Alegre do Juá. With the objective of describing how the resident of the Vista Alegre do Juá occupation took place in the context of the production of urban space in Santarém/PA. The municipality of Santarém was initially configured from the relationships that developed with the river throughout its historical formation process. In recent decades, the city has experienced the expansion of the agricultural frontier and has been transformed according to the dynamics of real estate capital. This has increasingly caused the appreciation of urban space, guaranteed for the peripherization and the involvement of urban occupations in the municipality. It consists of a descriptive, bibliographical and field research, using qualitative data analysis techniques. As a result, it can be understood that there is an excluding logic of production of urban space of which the Vista Alegre do Juá occupation, like the other existing ones, is a consequence. Thus, it is necessary that the housing policies of the municipality be effective in the sense of regular occupation of space, minimize the housing deficit and ensure that the low-income population can have access to housing through formal means.

**Keywords:** Urban Occupation. Space Production. Vista Alegre do Juá. Santarém/PA.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b> - Localização do Município de Santarém .....	31
<b>Figura 02</b> - Vista Aérea Parcial da Cidade de Santarém (1953).....	33
<b>Figura 03</b> - Mapa da Expansão Urbana de Santarém de 1940 a 2002.....	36
<b>Figura 04</b> - Mapa dos Bairros Pertencentes à Área Urbana do Município de Santarém.....	37
<b>Figura 05</b> - Localização das Principais Ocupações Urbanas em Santarém.....	49
<b>Figura 06</b> - Localização da Ocupação Vista Alegre do Juá.....	52
<b>Figura 07</b> - Ocupação Vista Alegre do Juá (frente para a avenida Fernando Guilhon) .....	56
<b>Figura 08</b> - Ocupação Vista Alegre do Juá (frente para o rio Tapajós).....	57
<b>Gráfico 01</b> - Condição do Imóvel Anterior dos Ocupantes antes de Morarem na Ocupação .	57
<b>Gráfico 02</b> - Renda Média mensal das Famílias da Ocupação Vista Alegre do Juá .....	58
<b>Figura 09</b> - Mapa do Deslocamento dos Bairros e Distritos de Santarém para a Ocupação...	59
<b>Figura 10</b> - Anúncio de Venda de Terrenos na Ocupação.....	61
<b>Figura 11</b> - Anúncio de Venda de Terreno na Ocupação .....	62

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDP	Companhia das Docas do Pará
CHDU	Coordenadoria de Habitação e Desenvolvimento Urbano
CPRM	Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais
EMBRAPS	Empresa Brasileira de Portos de Santarém
ENANPUR	Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MTLM	Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC I	Programa Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PIN	Programa de Integração Nacional
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RADAM	Projeto Radar da Amazônia
Reurb	Regularização Fundiária Urbana
Reurb-S	Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social
Reurb-E	Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
Suframa	Superintendência da Zona Franca de Manaus
Uepa	Universidade do Estado do Pará
Ufopa	Universidade Federal do Oeste do Pará

UPA

Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 A Produção do Espaço Urbano no Contexto do Capitalismo.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 A Produção do Espaço Urbano e da Cidade no Contexto Nacional .....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 A Produção do Espaço Urbano na Amazônia e suas Características.....</b>	<b>23</b>
<b>2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SANTARÉM .....</b>	<b>30</b>
<b>2.1 A Produção do Espaço Urbano em Santarém, seu Contexto Histórico e Econômico</b>	<b>30</b>
<b>2.2 As Políticas Habitacionais no Município de Santarém .....</b>	<b>39</b>
<b>3 A OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SANTARÉM .....</b>	<b>46</b>
<b>3.1 As Ocupações Urbanas: delimitações conceituais .....</b>	<b>46</b>
<b>3.2 Um Panorama das Ocupações Urbanas em Santarém.....</b>	<b>49</b>
<b>3.3 O Contexto do Surgimento da Ocupação Vista Alegre do Juá .....</b>	<b>51</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista simplificado com os moradores.....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a SEHAB (antiga CHDU) .....</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a FASE .....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com a Pastoral do Menor.....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano na Amazônia guarda especificidades voltadas principalmente para a sua forma de ocupação, ligada à dinâmica dos rios que orientam a vida econômica, cultural e social das cidades. Santarém, cidade situada no estado do Pará, se configurou inicialmente a partir das relações desenvolvidas com o rio ao longo do seu processo histórico de formação, desde a ocupação do território e até os diferentes ciclos econômicos que contribuíram para a produção do espaço urbano.

A partir da década de 1960 iniciou-se o processo de integração da Amazônia ao território nacional, com a construção de rodovias que viabilizaram a inserção de novas atividades econômicas e um novo padrão de ocupação do espaço urbano em Santarém. Desde então, a expansão da fronteira agropecuária no Baixo Amazonas e a consolidação de Santarém enquanto polo econômico e espaço urbano metropolitano têm contribuído para o crescimento demográfico, a expansão urbana e o surgimento de novos bairros localizados em áreas afastadas do centro da cidade que seguem, principalmente, os novos eixos viários abertos.

Esse intenso processo de urbanização, como se verá neste trabalho, tem despertado cada vez mais o interesse do mercado imobiliário, sendo este o agente determinante na produção e reprodução de uma cidade marcada por forte segregação socioespacial. Tal processo tem repercutido na composição de um quadro de déficit habitacional elevado que traz consigo inúmeras consequências e conflitos, sobretudo para as populações de baixa renda, muitas vezes sendo forçadas, pelo aumento do custo de vida em determinados bairros da cidade, a irem morar em áreas marcadas pela precariedade habitacional, irregularidade fundiária, dando início as ocupações urbanas no município, como o caso da ocupação Vista Alegre do Juá.

O presente trabalho buscou, então, questionar: como se deu o surgimento da ocupação Vista Alegre do Juá no contexto da produção do espaço urbano em Santarém?

No intuito de buscar solucionar essa questão, este trabalho apresenta como objetivo geral: descrever o surgimento da ocupação Vista Alegre do Juá no contexto da produção do espaço urbano em Santarém/PA. Para isso, os objetivos específicos consistem em: a) apresentar uma revisão teórica sobre a produção do espaço urbano no contexto do capitalismo e nas escalas nacional e regional; b) contextualizar os aspectos históricos e socioeconômicos da produção do espaço em Santarém/PA; e c) descrever o histórico da ocupação Vista Alegre do Juá em Santarém e os fatores políticos e econômicos do surgimento da mesma.

Essa pesquisa se justifica diante da necessidade de aprofundar a análise da economia política da urbanização, compreendendo a especulação imobiliária como uma de suas

principais características, bem como da economia urbana e regional, a partir do processo de produção do espaço urbano em Santarém e sua consolidação enquanto polo econômico regional. Esses aspectos podem nos levar a compreender os motivos pelos quais se dão o surgimento das ocupações urbanas no município, o qual acredita-se ser uma consequência da existência de uma lógica excludente da produção social do espaço em Santarém.

Vale ressaltar que tais pesquisas iniciaram-se no âmbito do grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém: instituições e atores”, onde foi realizado um trabalho de mapeamento das principais ocupações urbanas do município e, de forma mais aprofundada, do caso da ocupação Vista Alegre do Juá. Essa pesquisa foi realizada por meio de uma bolsa do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) entre os anos 2018 e 2019, partir da execução do plano de trabalho intitulado “O direito à cidade e as ocupações urbanas em Santarém-PA: um estudo de caso sobre a ocupação Vista Alegre do Juá”.

O procedimento metodológico usado nesse estudo se enquadra nas categorias de pesquisa descritiva, bibliográfica e de campo. A pesquisa descritiva foi usada com o objetivo de fazer o levantamento e análise dos processos que contribuem para o surgimento das ocupações urbanas em Santarém. Para tanto, foi realizado o levantamento de dados secundários por meio da pesquisa bibliográfica (teses, dissertações, monografias, artigos e outras publicações científicas) e documental, essencial para construção da fundamentação teórico-conceitual, valendo-se dos estudos de diferentes áreas sobre as temáticas relacionadas à questão urbana, à formação socioeconômica de Santarém e o papel dos diferentes atores (poder público, mercado imobiliário, movimentos sociais) no processo de produção do espaço urbano.

Quanto aos dados primários, foram coletados por meio do levantamento de campo realizado junto à ocupação Vista Alegre do Juá, poder público local e demais atores envolvidos com a temática processo de produção do espaço urbano no município que foram pertinentes para a construção da pesquisa. Para tanto, utilizou-se as técnicas de pesquisa de análise documental e entrevistas semiestruturadas, com lideranças e moradores da ocupação (Apêndice A), totalizando 53 famílias entrevistadas, e com a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB) (Apêndice B), em 2019; a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) (Apêndice C), em 2022; e a Pastoral do Menor (Apêndice D), em 2023. Essas entrevistas permitiram compreender o papel desses atores na produção do espaço urbano em Santarém e/ou na ocupação Vista Alegre do Juá.

Ainda sobre o campo e as informações orais utilizadas neste trabalho, entrevistas realizadas pelo projeto acima citado de 2019 foram utilizadas, considerando que as mesmas foram realizadas com os primeiros moradores da ocupação Vista Alegre do Juá e com a

liderança do movimento que iniciou a ocupação. Assim, embora tenham transcorridos quatro anos da realização dessas entrevistas, o fato de terem sido com os moradores mais antigos da ocupação, permitiram apreender os motivos pelos quais os mesmos passaram a morar no local, conhecer o histórico de formação da ocupação e as mudanças ocorridas até o estágio atual. Neste ínterim, foram realizadas entrevistas mais recentes com outros atores importantes na luta pela moradia e pelo direito à cidade na ocupação urbana e em Santarém.

No intuito de solucionar a questão problema e alcançar os objetivos estabelecidos, além desta introdução, o trabalho está dividido em três capítulos e mais as considerações finais. No primeiro capítulo buscou-se fazer uma revisão teórica sobre a produção do espaço urbano a partir de autores que discutem esse fenômeno no contexto do capitalismo, bem como no Brasil e, particularmente, na Amazônia, evidenciando as características de cada uma dessas escalas. No segundo capítulo, a ênfase é dada aos aspectos socioeconômicos da produção do espaço urbano em Santarém, trazendo à luz a discussão sobre as políticas habitacionais no município. O terceiro capítulo, por sua vez, além de um panorama geral sobre as ocupações urbanas existentes em Santarém, trouxe à baila o histórico da ocupação Vista Alegre do Juá, buscando evidenciar os fatores políticos e econômicos do município que contribuíram para o surgimento da mesma.

Portanto, compreender as especificidades do processo de produção do espaço urbano em Santarém a partir da ocupação Vista Alegre do Juá, poderá fomentar iniciativas com intuito de contribuir com o planejamento urbano e garantir que o direito à moradia e à cidade sejam usufruídos por aquelas famílias que geralmente são excluídas do acesso a esses direitos em decorrência de suas condições financeiras. Bem como incentivar que os diversos sujeitos que atuam na reivindicação desses direitos possam participar da discussão e construção das políticas públicas, contribuindo para a produção de uma cidade mais justa e plural.

## 1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Este capítulo tem como objetivo fazer uma revisão teórica sobre o fenômeno da produção do espaço urbano ou urbanização no contexto do capitalismo, bem como nas escalas nacional e regional, relacionado com aspectos socioeconômicos e buscando evidenciar o contexto histórico e características desse processo, em especial no Brasil e na Amazônia.

### 1.1 A Produção do Espaço Urbano no Contexto do Capitalismo

Inicialmente faz-se necessário apresentar o que é o espaço urbano e a cidade para então compreender como ocorre a produção desse espaço no contexto do capitalismo. Monte-Mór (2005) faz um resgate da origem do termo “urbano”, onde explica que este é proveniente do século XVI, usado à época, para se referir à cidade imperial, em especial a cidade que foi sede do Império Britânico ainda em construção, bem como sua etimologia:

O latim também nos dá o termo urbano, com dupla conotação: *urbanum* (arado) veio do sentido de assentamento, a forma física do espaço demarcado pelo sulco do arado puxado pelos bois sagrados, marcando o território para a produção e vida romana; daí surgiram os termos *urbe* e *urbs*, este último referente a Roma, a cidade imperial e o centro do mundo, que desapareceram até o ressurgimento das grandes cidades na era moderna. (MONTE-MÓR, 2005, p. 943, tradução nossa).

Para o autor o urbano é então a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea. A palavra “cidade”, por sua vez, era utilizada para se referir ao centro financeiro de Londres, em oposição ao campo, e resulta do aprofundamento da divisão socioespacial do trabalho e da abertura a outras comunidades e processos regulares de troca. Além do mais, outros aspectos que caracterizam a cidade são citados, como a existência de uma hierarquia socioespacial e estrutura de poder sustentada pela extração de um excedente regular da produção coletiva, além dos fluxos de bens e pessoas (MONTE-MÓR, 2005). De maneira similar, Singer (2002, p. 8) explica que a cidade é “a sede do poder e portanto da classe dominante” que, organizada espacialmente, se apropria da produção excedente do campo transformando-o em sua base alimentar.

Para Corrêa (2004), o espaço urbano de uma cidade capitalista constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra urbana justapostos entre si. Essa diversidade de usos da terra urbana é a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano. O autor ressalta ainda que o espaço urbano é ao mesmo tempo “fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas” (CORRÊA, 2004, p. 11).



Corrêa (2004) explica, ainda, que o espaço urbano pode ser apreendido como um reflexo da sociedade capitalista e, portanto, fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, fruto de uma estrutura formada por distintas classes sociais que vivem e se reproduzem em um contexto desigual no espaço fragmentado, o que leva aos conflitos sociais. Ainda segundo esse autor:

O espaço urbano capitalista [...] é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (CORRÊA, 2004, p. 11).

Assim, para Corrêa (2004) a produção do espaço urbano é uma consequência da ação de diversos agentes, que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído – o espaço urbano – que refletem as necessidades sociais desses agentes: proprietários dos meios de produção, o Estado, proprietários fundiários, agentes do mercado imobiliário, grupos sociais, entre outros.

Castells (2014), por intermédio de uma abordagem marxista, entende a urbanização como espaço criado para reprodução da força de trabalho utilizado no processo produtivo, e a cidade, o espaço do consumo coletivo, uma vez que a disponibilidade de trabalhadores reduz os custos da produção capitalista e garante a possibilidade da realização do consumo. Portanto, o espaço urbano é o ambiente construído para servir de base à produção, acumulação e livre circulação de mercadorias.

Ao apresentar a problemática urbana, Lefebvre (2001) tem como ponto de partida o processo de industrialização, onde o urbano se configura como o lugar “do encontro”, da aglomeração tanto de pessoas, como das relações que se criam e recriam no cotidiano. Ou seja, formado de relações sociais e modos de vida, sendo a cidade a principal forma material de manifestação espacial desse fenômeno.

No contexto da relação entre urbanização e industrialização, Monte-Mór (2005) explica que a produção do espaço urbano é orientada em função das demandas que são impostas ao Estado para atender ao processo da industrialização bem como para a reprodução da força de trabalho necessária à produção industrial. Assim, as grandes cidades industriais que se formavam e se estendiam pelas periferias “destinavam-se sobretudo a acolher as fábricas e os seus fornecedores e trabalhadores, gerando à sua volta vastas áreas urbanizadas, nomeadamente as áreas metropolitanas.” (MONTE-MÓR, 2005, p. 945).

Ao considerar a dimensão espacial na teoria da acumulação, Lefebvre (2002) afirma que o capitalismo encontrou um novo alento na conquista do espaço, por meio da compra e venda, na especulação imobiliária e nas grandes obras. Por ser o espaço urbano considerado produto resultante das relações de produção dos grupos nele atuantes, acaba figurando-se como objeto de troca, uma mercadoria, entrando na produção da mais-valia, reduzindo o habitante como mero realizador dessa mais-valia.

Corroborando com o pensamento de Lefebvre (2002), Santos Júnior (2011) explica que a habitação, o solo urbano e a própria cidade são mercadorias. E, sendo mercadorias têm valor de uso e valor de troca, que passam a ser mediados pelas regras que definem o acesso e o uso à propriedade privada, onde os processos de produção, circulação e troca dessas mercadorias são fundamentais para a acumulação de capital, pois envolvem ganhos e lucros econômicos. Castro (2008, p. 16) explica que “as cidades expressam por excelência, na sociedade moderna, os processos de acumulação e de concentração de capital e a precarização crescente das relações de trabalho”, tornando-se assim um espaço que evidencia a concentração de renda e diferenciação de classe.

Ao tratar a respeito da urbanização capitalista, Topalov (1979, *apud* Canetti, 2019, p. 117) explica que:

[...] a principal função da cidade é fornecer o que ele denomina de “valores de uso complexos” para a classe capitalista, como os efeitos úteis da aglomeração tanto para a produção (reduzindo os custos de produção) como para o consumo (permitindo a realização do lucro). Ou seja, a cidade é um valor de uso complexo para o processo produtivo, fornecendo as condições gerais de produção derivadas das articulações espaciais de vários valores de uso específicos necessários para que a acumulação ocorra.

Assim, os autores argumentam que a cidade é uma forma de socialização capitalista das forças produtivas resultante da divisão social do trabalho. De maneira similar, a urbanização é a organização dessa divisão social do trabalho, necessária para aumentar a eficiência do processo produtivo capitalista.

Ainda em Canetti (2019), o autor destaca que a produção do espaço é condição necessária para a reprodução ampliada do capital e fundamental para a produção capitalista. Assim, a reprodução do sistema capitalista se faz no espaço concreto, socialmente produzido, espaço este que se torna um objeto, veículo e produto do capital. Conforme explica Canetti (2019, p. 127), “Objeto porque é, hoje, utilizado pelo processo de produção; veículo, porque é o meio do processo de produção; produto, porque é, também, o fim do processo de produção”.

Nos países em desenvolvimento, a produção do espaço urbano está vinculada à expansão dos limites das periferias, marcadas pelo acesso informal ao solo urbano, ausência dos serviços urbanos essenciais e distantes da oferta de emprego. Ao longo da década de 1960 e 1970, esses espaços recebiam um enorme contingente de pessoas provenientes do êxodo rural, ao passo que o mercado formal nas cidades era restrito a uma parcela menor da população mais favorecida (CANETTIERI, 2019).

Assim, a produção do espaço urbano, conforme destacado pelos autores utilizados neste trabalho, é o processo fundamental para a realização das relações de produção, configuradas no sentido de satisfazer as necessidades das classes dominantes, que se destacam nesse processo. Reflexo de um espaço produzido com a industrialização – cidade industrial – evidenciando a concentração de riqueza, de pessoas, as lutas de classe, e resultando no surgimento das periferias e de outras ocupações informais do espaço fragmentado. Processo que será evidenciado na próxima sessão ao se analisar a produção do espaço urbano no caso das cidades brasileiras.

## **1.2 A Produção do Espaço Urbano e da Cidade no Contexto Nacional**

Castro (2008) explica que a associação da industrialização e da urbanização, tal qual o modelo de urbanização da Europa, mostrada por Castells (2014) em seus estudos sobre o fenômeno urbano, é um padrão ocorrido no Brasil em regiões que se industrializaram a partir dos anos 1950. Para Amaral, *et al.* (2013), a expansão da urbanização no caso do Brasil é um processo relativamente recente. Os autores explicam que, muito embora as cidades fizessem parte da paisagem social do país no período colonial, a definição de urbanização se restringia à caracterização do fato urbano, onde somente eram observados o volume e a densidade populacional das cidades.

Outra característica que marca o modelo de urbanização do Brasil, segundo Silva (2012), é a dificuldade de acesso ao espaço urbano pelas vias formais por parte da população de baixa renda. Isso se deve à forte relação desse processo com a instituição da propriedade privada da terra, característica principal da produção do espaço urbano nas cidades capitalistas, e que explica a demanda crescente de moradias por parte dessa população no Brasil. A autora destaca que a instituição da propriedade privada está relacionada ao início do período Republicano no país, marcado pela substituição do trabalho escravo pelo assalariado e o crescimento da economia urbana.

Ao tratar da urbanização brasileira, Santos (1994 *apud* Amaral, *et al.*, 2013), expõe que a partir dos anos de 1940 e 1950 a expansão da produção do espaço urbano acompanhou as mudanças estruturais da economia e na sociedade. Sobretudo a partir dos anos de 1960, foi implementado um conjunto de políticas de urbanização como estratégia para os interesses de reprodução do capital. Por sua vez, Canetti (2019) explica que o processo de urbanização no Brasil acontece pela expansão das periferias, carentes de infraestrutura, expondo as significativas desigualdades de classe.

Não poderia ser diferente numa sociedade com feridas nunca cicatrizadas deixadas pelo passado de colonização e escravagismo e que se integrou subalternamente a uma globalização capitalista. As desigualdades de classe, que guardam uma enorme ligação com esse passado, se reproduzem no momento da produção do espaço urbano que se manifesta profundamente desigual, fragmentado e hierarquizado. (CANETTI, 2019, p. 135).

Fica claro na citação acima, que o autor atribui as desigualdades de classes, evidenciada na própria produção do espaço urbano, como resultado do processo histórico da colonização brasileira e da inserção do país no contexto da globalização. Assim, o crescimento econômico industrial brasileiro esteve diretamente ligado à expansão da pobreza e à formação das periferias urbanas, necessárias para a formação de um exército industrial de reserva que pressionava os salários para baixo.

Para Monte-Mór (2005) a urbanização no Brasil começa a se intensificar a partir da metade do século XX, momento em que o capitalismo industrial ganha força no país e passa a dinamizar a economia consolidando as grandes cidades industriais, a exemplo de São Paulo. Uma das políticas que contribuíram para isso, redefinindo a cidade industrial como polo de dinamização e transformação do território, foi o estabelecimento de uma economia baseada na substituição de importações para o mercado interno.

Ainda em meados do século XX, além da intensificação da industrialização nas grandes cidades, a urbanização brasileira foi marcada por um crescimento populacional. Esses fatores foram responsáveis pelo estabelecimento da metrópole em distintas aglomerações urbanas no país. O desenvolvimento da estrutura urbana industrial no Brasil possui estreita relação com a escassez de moradia identificada no mesmo período, na qual o Estado é o agente produtor, principalmente em decorrência da priorização de investimentos públicos em setores da cidade diretamente ligados ao desenvolvimento da indústria (SILVA, 2012).

O crescimento populacional e escassez urbana nas cidades brasileiras que se industrializavam foram agravadas pela forma com a qual o Brasil se inseriu na economia internacional de forma tardia e dependente em relação aos países desenvolvidos. Fato este

caracterizado por uma concentração de renda, que dificultou o acesso à moradia nas cidades pela população assalariada. Em decorrência desse processo, começaram a ser difundidas nas cidades nesse período as soluções informais de moradias nas periferias e áreas impróprias para a ocupação, como alternativas mais viáveis para a população de baixa renda atender a uma necessidade básica (SILVA, 2012).

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, impulsionado pelo avanço no estabelecimento de alguns direitos fundamentais nos tratados internacionais, começaram a ocorrer algumas mobilizações relevantes no país a partir da premissa de justiça social, para a inserção das camadas mais pobres no processo de modernização do Brasil. A Reforma Urbana foi uma causa levantada nesse período, ao lado da Reforma Agrária e outras reformas de base (LOURENÇO, 2014).

A partir dos anos de 1960 começou a ser estruturada a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano por meio da montagem de um sistema de financiamento de habitação e saneamento, com vistas a atender o mercado e escala de demanda para os produtos nas grandes cidades. Ao mesmo tempo, o Estado buscou regular a produção do espaço urbano delegando ao particular essa missão (ROLNIK; KLINK, 2011).

No ano de 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), com o intuito de inaugurar uma política habitacional voltada especialmente para a população de baixa renda. Como forma de capitalizar recursos para o financiamento dessa política, o governo estabeleceu o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) com duas fontes de recursos: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), voltado às camadas mais baixas, e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), voltado às camadas de renda mais alta. O BNH chegou a financiar 4,3 milhões de unidades com recursos do FGTS para o setor popular e 1,9 milhões com recursos do SBPE para a classe média (SILVA, 2012).

Contudo, segundo Lourenço (2014), essa política foi muito mais voltada à estabilidade da economia do que à efetiva melhoria das condições de moradia dessa população. Uma vez que esse modelo se baseava no financiamento da produção privada da habitação e estruturado para atender basicamente às áreas urbanas e, em particular, as grandes cidades, onde havia mercado e escala de demanda para os produtos.

Paralelamente, o mesmo Estado regulou a produção e a expansão das cidades, por meio de leis de parcelamento, zoneamentos e planos urbanísticos, delegando ao loteador privado a missão de produzir terra urbanizada, com infraestrutura e espaços públicos para a expansão da cidade. De acordo com este modelo, o mercado formal de urbanização produz, privadamente, “cidade”. Isto de fato ocorreu para as classes médias e altas; para os demais brasileiros, no campo e nas cidades, restou uma

inserção precária e ambígua no território: sem condições básicas de urbanidade, com vínculos frágeis com a terra que ocupam, vulneráveis a expulsões e remoções. (ROLNIK; KLINK, 2011, p. 103).

Como resultado do exposto acima, Rolnik e Klink (2011) explicam que o mercado formal (privado) incapaz de ofertar moradias adequadas às populações de baixa renda deixou um quadro de baixa qualidade tanto da habitação quanto da infraestrutura básica.

Corroborando com os autores, Lourenço (2014) explica que esse contexto da política habitacional praticada pelo BNH gerou uma oportunidade de acumulação de capital pelo mercado imobiliário e restringiu ainda mais o acesso dos pobres à moradia nas grandes cidades por vias formais. Situação agravada pelo forte crescimento econômico e da produção do espaço urbano entre os anos de 1960 e 1970, onde a demanda pela terra urbana aumentou sem ser acompanhada pela oferta de moradia para a população de baixa renda, resultando no crescimento das favelas e outras formas de ocupações irregulares.

Além de Rolnik e Klink (2011) e Lourenço (2014), outros autores trazem uma crítica em relação a atuação do BNH. Santos (1994) e Maricato (2001), por exemplo, avaliam que o papel desempenhado pela instituição contribuiu para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras, na medida em que os recursos investidos no financiamento da moradia fomentaram a especulação imobiliária, produzindo o aumento do preço da terra e o custo da habitação. Esses fatores contribuíram para a periferização e favelização das cidades. Em 1986, frente às dificuldades decorrentes da crise econômica daquela década, o BNH foi extinto sem ter alcançado seu objetivo de superação do déficit habitacional, embora tenha dinamizado a economia junto ao mercado imobiliário.

Com a redemocratização do país e promulgação da Constituição Federal de 1988, os direitos sociais que vinham sendo pautados pelos movimentos sociais urbanos no país ganharam destaque. Entre eles, o direito à moradia, incluído, posteriormente, por meio de Emenda Constitucional no ano de 2000, passando a figurar como obrigação do Estado em todas as suas esferas. O *caput* do artigo 6º da Constituição de 1988, descreve como direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988, n.p).

Além dos direitos sociais, a Constituição de 1988 traz um capítulo sobre a política urbana nos artigos 182 e 183 onde constam alguns instrumentos para a execução da política de desenvolvimento urbano, que tem por objetivo ordenar “[...] as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988, n.p), e a propriedade urbana cumpre

esta função “quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (BRASIL, 1988, n.p).

Treze anos depois da promulgação da atual Constituição foi promulgada a Lei Federal nº 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade, o qual estabelece normas que regulam “o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001, n.p). O Estatuto da Cidade veio regulamentar a política urbana e habitacional, bem como o direito à moradia, fundamentando juridicamente a função social da propriedade urbana e a participação da sociedade no planejamento e gestão das cidades.

Ainda na mesma década, em resposta à crise internacional iniciada em setembro de 2008, o Governo Federal lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, durante o Governo Lula (2003-2010), com o objetivo de diminuir o déficit habitacional no Brasil por meio da construção de um milhão de habitações para as famílias com renda de zero a treze salários mínimos. O PMCMV faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado em 2007 com o objetivo de promover desenvolvimento acelerado e sustentável para o país, retomando investimentos nas áreas de infraestrutura e habitação e revertendo assim a perspectiva de queda do setor imobiliário brasileiro, causada pela crise, em um crescimento ainda maior (FORAGI, 2012).

Foragi (2012) aponta que esse PMCMV foi utilizado como um instrumento de estabilização da economia e criado pelo governo em decorrência da crise de 2008 com a finalidade de gerar e distribuir renda, aquecer o setor da construção civil e estabilizando a economia, constituindo-se em um plano keynesiano. A teoria formulada pelo economista John Maynard Keynes defende que o Estado deve intervir na economia, sobretudo nos momentos de crise, através das políticas fiscais, onde a partir do aumento dos gastos públicos contribuiria para a redução do desemprego e estabilização da economia (KEYNES, 1983).

A produção das cidades, o acesso à habitação e ao solo urbano, tidos como mercadorias, acontecem por meio de uma política de aquecimento da economia, onde o próprio Estado cria condições para o mercado imobiliário especular, direcionando os poucos programas habitacionais para áreas, longe dos centros urbanos, não almejadas pelo interesse do capital imobiliário. Por isso, Canettieri (2014) destaca que mesmo com advento do PMCMV, dados apontam que o déficit habitacional brasileiro aumentou, pois o Programa não oferece qualquer política para o controle da especulação imobiliária.

Essas questões, somadas ao rápido crescimento da metrópole e da população marginalizada em países não desenvolvidos, evidenciam uma problemática urbana que Singer

(2002) apontou ser a causa de desequilíbrios na oferta e procura de habitações e serviços urbanos básicos, como o abastecimento de água encanada, esgoto, saúde, além do aumento do desemprego, entre outros, trazendo consequências para a população que a sofre.

Conforme visto nesta sessão, o surgimento da moradia informal acompanha a história da produção do espaço urbano nas cidades brasileiras. Uma vez que a produção do espaço urbano, como foi mostrado, estava vinculada à expansão dos limites das periferias, sempre desprovidas dos serviços urbanos essenciais e distantes da oferta de emprego. Apesar do avanço da legislação urbanística e implantação de políticas habitacionais na tentativa de reduzir a escassez da moradia para a população de baixa renda, Canetti (2019) estima que ao final do século XX cerca de 50% da população vivia em condições de informalidade no acesso à habitação e ao solo urbano.

Tal informalidade ocorre porque as políticas habitacionais foram marcadas pela produção da habitação por meio do mercado privado como forma de dinamizá-lo e superar momentos de crise na econômica. Processo este que levou a uma crescente concentração de renda da população nas cidades. Assim, a problemática da cidade e a questão habitacional ainda é um desafio presente nas cidades brasileiras contemporâneas, em especial nas de grande porte, pelo fato de se referir a um direito básico e por envolver várias questões que interferem diretamente na vida das pessoas.

Maricato (2003) afirma que a democratização da produção e o acesso à moradia e à cidade e seus serviços urbanos depende da superação de dois grandes obstáculos: terra urbanizada e financiamento. Ao longo da história da urbanização no Brasil, esses dois insumos eram inacessíveis para a maioria da população, que em decorrência da condição aquisitiva não são contempladas pelo mercado privado. A superação desses obstáculos, conforme defende Maricato (2003), é o grande desafio das políticas urbanas nas primeiras décadas do século XXI, uma vez que as cidades brasileiras hoje resultam do impacto das mudanças ocorridas nas duas últimas décadas do século XX.

Tendo verificado alguns aspectos importantes que caracterizaram a produção do espaço urbano no Brasil e seu contexto histórico, faz-se necessário uma abordagem que identifique como esse mesmo processo ocorre na Amazônia. Isso porque, como se verá na próxima seção, as dinâmicas socioeconômicas, demográficas e étnicas da região possuem algumas especificidades quando comparadas com o restante do país, caracterizando a dinâmica da urbanização da Amazônia.



### 1.3 A Produção do Espaço Urbano na Amazônia e suas Características

Costa (2015) explica que a cidade deve ser apreendida por uma leitura integrada, tanto do intraurbano, quanto dos processos urbano-regionais e globais, ou seja, uma análise das especificidades da urbanização enquanto fenômeno regional. Isso dito, destaca-se aqui a Amazônia como uma região com particularidades quanto as suas dinâmicas socioeconômicas e da relação direta com a floresta e rios, bem como com a informalidade dos processos de trabalho e uma menor concentração demográfica.

Para Nunes (2008), muito embora a Amazônia há tempos venha sendo submetida ao contexto da expansão capitalista, a enorme quantidade de terras e reservas naturais somadas à baixa densidade populacional produzem ambientes sociais peculiares, nos quais as cidades com suas características regionais (economia mineral, extrativa, industrial, agropecuária, regiões de fronteira etc.) constituem uma rede urbana complexa e heterogênea.

A formação dos primeiros núcleos urbanos na Amazônia está diretamente ligada à dinâmica dos rios, que orientava a estruturação da vida econômica, política, cultural e social das cidades amazônicas. Isto ocorre tanto por influência do processo de ocupação e dominação do território no período colonial que se deu através dos rios, quanto pelo desenvolvimento das atividades econômicas regionais, como a exploração das drogas do sertão<sup>1</sup>, do látex e a expansão da agricultura comercial, que tinham os rios como base estratégica de circulação de bens, serviços e pessoas, favorecendo o surgimento das diversas cidades localizadas às margens dos mesmos (COSTA T., 2012).

Edna Castro ao discutir sobre a “Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas”, resume o movimento de urbanização na Amazônia em dois momentos principais, ambos definidos pela ação do Estado e do mercado. O primeiro foi o período da intensificação da exploração da borracha, cujo modelo de expansão urbana se dava através dos rios com ocupação de seus vales, baseado em um sistema de aviamento<sup>2</sup> que se constituiu como rede de produção e fortalecimento de bens e serviços nos seringais (CASTRO, 2008).

O segundo padrão apontado por Castro (2008) ocorreu a partir de 1966, intensificando-se nos anos 1970 e 1980 com os programas governamentais de expansão da

<sup>1</sup> Especiarias extraídas da Floresta Amazônica valorizadas e comercializadas na Europa, tais como cacau, cravo, canela, salsaparrilha, guaraná, castanha-do-pará, baunilha, entre outras (CORRÊA, 1987).

<sup>2</sup> Aviamento é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito, no qual o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor, que por sua vez restitui a dívida com produtos extrativos e agrícolas. Termo cunhado na Amazônia, começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica (ARAMBURU, 1994).

fronteira agrícola associados às estruturas urbanas para onde o Estado dirigia os investimentos públicos, se fortaleciam instituições e se concentrava a demanda de trabalho provenientes do crescente fluxo de chegada de migrantes (CASTRO, 2008).

Contudo, Corrêa (1987) em seu estudo sobre “A periodização da rede urbana da Amazônia”, busca evidenciar de forma ainda mais detalhada os diferentes períodos que caracterizam o processo de ocupação e urbanização da região, muito marcante e desigual no âmbito da rede urbana, exemplificados pelas cidades ribeirinhas e as que surgiram ao longo dos eixos rodoviários. O autor define o processo de produção da rede urbana na Amazônia em sete períodos, que vai da primeira metade do século XVII, quando da implantação do primeiro núcleo urbano até o período iniciado em 1960, marcado por um intenso processo de mudança econômica e urbana.

Dentre os períodos apontados por Corrêa (1987), o primeiro inicia-se com a colonização da Amazônia no século XVII e a fundação da cidade Belém em 1616, a partir das explorações fluviais pelo rio Amazonas e seus afluentes. O objetivo era fortalecer a presença militar no território a partir da criação de uma cidade que pudesse ter posição estratégica para ser o ponto de partida da ocupação do território e desempenhar funções de proteção contra os invasores ingleses, holandeses e franceses que faziam expedições na região.

O segundo período ocorre entre a metade do século XVII até a metade do século XVIII, marcado pela expansão de fortes e criação de aldeias missionárias, as quais foram os embriões das futuras cidades. Neste período, ocorrem as explorações das drogas do sertão e as ações missionárias com conventos e seis ordens religiosas instalados inicialmente na cidade de Belém, dentre elas as dos jesuítas e franciscanos. As aldeias missionárias e os fortes que foram sendo criados localizavam-se principalmente às margens do rio Amazonas, estendendo-se a seus afluentes. São exemplos Santarém, Óbidos, Tefé e as atuais Alenquer, Faro, Monte Alegre, entre outras. Assim, foi se desenhando a expansão territorial, ocupação e exploração extrativista na região (CORRÊA, 1987).

Sobre o segundo período apontado por Corrêa (1987) e Castro (2008), onde esta última, apresenta a seguinte contribuição:

A ocupação da Amazônia pela colonização portuguesa foi movida por interesses políticos de fincar pontos avançados, com fortificações em lugares estrategicamente relevantes, distantes, para demarcar a presença portuguesa nessa imensa região do norte. Foi presidida pelos interesses econômicos, o que pode ser visto nas ações do Estado colonial e em sua legislação, como também no modo de produção e de exploração de mão-de-obra praticada nos povoados das missões religiosas espalhadas no território do Grão-Pará e Maranhão, em sítios estratégicos localizados na interseção entre os cursos d'água e a floresta (CASTRO, 2008, p. 17).

O terceiro período estende-se entre 1750 e 1780 e é marcado por um relativo desenvolvimento da vida econômica e da rede urbana da Amazônia, até o momento embrionária, apoiado pela ação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755 pelo então Primeiro-Ministro português Marquês de Pombal. Corrêa (1987) explica que o desenvolvimento identificado no período foi oriundo, principalmente, da expansão das atividades produtivas orientada pela política de Portugal e com o objetivo de integrar os mercados europeus com a comercialização dos produtos da região proveniente dessas atividades (algodão, arroz, cacau).

A inserção da economia amazônica no mercado mundial produziu uma diferenciação na rede urbana regional verificada nas funções urbanas de natureza político-administrativa, estabelecendo uma hierarquia entre as vilas e povoados, onde uns se desenvolveram mais que outros. O destaque foi para Belém que se estabeleceu enquanto capital político administrativa da Amazônia, com melhoramentos urbanos, construções de palácios, igrejas e construção naval, caracterizando uma paisagem urbana similar à portuguesa (CORRÊA, 1987).

O quarto período apontado por Corrêa (1987) se estende do final do século XVIII à metade do século XIX, caracterizado por uma estagnação econômica regional e que viria afetar a vida urbana. Os motivos apontados foram a extinção da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1778 e mudanças no cenário internacional que desfavoreceram os produtos amazônicos pela queda de preço, sobretudo do cacau que era o principal produto. Com isso, houve uma diminuição no crescimento urbano e redução da população que refletiu na diminuição da arrecadação tributária e nos serviços urbanos. Ao final do século XIX, o autor destaca que a rede urbana na Amazônia se caracterizava por um padrão espacial predominantemente ribeirinho.

O quinto período ocorre a partir do início da segunda metade do século XIX (entre 1850 a 1920), onde a rede urbana amazônica ganha nova dimensão, tanto econômica quanto espacialmente, o qual se deu com o *boom* do extrativismo da borracha, que condicionou a expansão de um espaço urbano regional associado à circulação fluvial. À medida em que a demanda externa por borracha crescia, o sistema de transporte ia sendo modernizado e ampliado. Tais efeitos podem ser observados no crescimento populacional e expansão da rede urbana dos núcleos urbanos preexistentes (CORRÊA, 1987).

Durante esse período, houve investimentos por parte do Estado na infraestrutura e organização do espaço urbano de Belém e Manaus. Expressão do interesse do Estado na importância dessas cidades enquanto capitais econômicas e políticas, sobretudo em decorrência

da expansão da borracha que atraía capitais e mão de obra. Os melhoramentos urbanos dessas cidades cessariam de ser implantados com a consolidação da crise da borracha ao final da Primeira Guerra Mundial (CORRÊA, 1987).

Com a entrada da borracha inglesa e asiática no mercado, com sementes contrabandeadas da região do rio Tapajós, a economia da borracha amazônica começa a decair. O efeito dessa nova produção da borracha no Oriente se refletiu na economia regional da Amazônia, consolidando a estagnação que marca o sexto período apontado por Corrêa (1987), aproximadamente entre 1920 a 1960. Essa decadência do extrativismo da borracha, o refluxo populacional da região para os locais de origem e a relativa independência dos seringais em relação às cidades, afetaram significativamente a rede urbana, sobretudo as cidades de Belém e Manaus, pela perda do mercado.

Por fim, o sétimo período, iniciado em 1960 e marcado por um intenso processo de mudança econômica e urbana com a retomada da expansão capitalista e industrialização de alguns países do terceiro mundo, transformando a Amazônia em fronteira do capital (CORRÊA, 1987). Assim, os projetos geopolíticos dos governos militares nesse período visavam a incorporação capitalista da Amazônia brasileira apoiada em um discurso nacionalista de ocupação do vazio demográfico, integração e segurança nacional, caracterizado pelos projetos de assentamento e sua estratégia de acumulação urbana (BARBIERI; MONTE-MÓR, 2008).

Becker (1997), corroborando com os autores citados anteriormente, aponta que o Estado a partir dos anos de 1960, utilizou-se de uma estratégia de urbanização para a ocupação regional pautadas em projetos de colonização e investimentos em infraestrutura. Isso possibilitou atrair migrantes sem necessariamente lhes dar acesso à propriedade da terra, contribuindo para a formação dos núcleos urbanos e a inserção do Brasil no contexto internacional.

Com isso, foi criado em 1970 o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que promoveram os projetos de colonização ao longo da rodovia Transamazônica e da rodovia Cuiabá-Santarém. Cabe destacar que nas décadas de 1960 e 1970 foram iniciadas as aberturas de rodovias na região amazônica para além das duas citadas acima: Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Brasília-Acre, Manaus-Boa Vista, dentre outras, importantes para a implementação do processo de integração e da exploração de recursos naturais através dos grandes projetos agropecuários, hidrelétricas e de mineração ligados à industrialização que estavam sendo pensadas para a região com o intuito de inserir a Amazônia no mercado mundial (CORRÊA, 1987; LEÃO, 2017).

Segundo Becker (2009), foi a partir desse período que o processo de ocupação da Amazônia se acelerou, marcado pelo planejamento governamental efetivo voltado para a região com a crescente intervenção do Estado na economia e no território. Redes de circulação rodoviária, telecomunicações, incentivos fiscais e crédito à baixos juros, induzindo fluxos migratórios para ocupação do território e formação de um mercado de trabalho regional com projetos de colonização. Corrêa (1987, p. 57-58) destaca, ainda nesse contexto, outros processos importantes para a questão urbana e econômica na Amazônia:

A criação, em 1968, do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia, da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) em 1969, e do Projeto Radar da Amazônia (RADAM) em 1970, permitiriam mais precisa avaliação dos recursos naturais da Amazônia, o que possibilitaria a implantação de grandes projetos que irão afetar a rede urbana. A criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967, por outro lado, iria viabilizar a implantação de um distrito industrial que iria suscitar sensíveis repercussões na rede urbana.

Costa T. (2012) exemplifica as políticas que visavam à ocupação, integração e desenvolvimento regional, dando ênfase para as políticas de incentivo à migração com o objetivo de ocupar o vazio demográfico e os incentivos e isenções fiscais para empresas que se instalassem na região, bem como a construção de hidrelétricas e portos. Essas políticas contribuíram para a expansão da fronteira econômica e agropecuária para a região, onde se destacam a criação de gado e produção de grãos, impulsionados pelo aumento da demanda desses produtos no mercado internacional. A respeito disso, Costa T. (2012, p. 38) afirma que:

[...] essas políticas que incentivam a expansão dessas fronteiras econômicas para a região deixaram suas marcas no espaço regional através de sérios conflitos sociais e diversos problemas socioambientais, tais como expropriação da agricultura familiar e expulsão do trabalhador do campo que se dirige para os centros urbanos, provocando, com isso, avanço demográfico e crescimento acelerado e desigual das cidades da região, provocando, assim, surgimento de áreas periféricas desprovidas de serviços básicos e essenciais à reprodução da vida urbana.

As mudanças na esfera produtiva e na ocupação do território provocaram transformações na rede urbana no que diz respeito ao aparecimento de outros modelos de cidades e de novas funções urbanas, à dependência da rede urbana a um maior número de produtos e no padrão espacial da rede de cidades, mais orientadas pelos eixos rodoviários que às margens dos rios. Destaca-se a acentuada urbanização regional e concentração urbana nas capitais, em especial Belém e Manaus, esta última elevando-se à categoria de centro metropolitano regional (CORRÊA, 1987).

Uma das consequências dessa forma de urbanização pautadas em projetos de colonização pelo Estado foi o fato das cidades amazônicas se estabelecessem com deficiências

de infraestrutura e equipamentos urbanos disponíveis sem políticas públicas urbanas que ordenassem a estruturação das cidades. Características que mantêm a identidade das cidades amazônicas. Desta forma, quando o Estado se utilizou dessa estratégia de urbanização da Amazônia para viabilizar e subsidiar a ocupação de terras foi que a região observou um processo intenso de ocupação, com profundas mudanças nos padrões territoriais, especialmente no que tange aos processos relacionados às cidades e sua expansão (AMARAL, *et al.*, 2013).

Amaral *et al.* (2013, p. 368) menciona, ainda, que “as cidades são elementos-chave na construção de um modelo de desenvolvimento ambientalmente responsável e socialmente justo para a Amazônia”. Contudo, cabe lembrar que não são somente as cidades e vilas estruturadas e formais que promovem a configuração do espaço urbano regional, pois há um mosaico de diferentes formas de assentamentos humanos organizados com suas características populacionais e suas relações, como projetos de assentamento e/ou colonização, comunidades ribeirinhas, distritos urbanos, entre outras formas, com diferentes concentrações de comércio e serviços.

Como afirma Castro (2017, p. 23) “[...] a fronteira se refaz na atualidade”, ao explicar que a Amazônia está no centro dos interesses do capital e do Brasil enquanto potencial produtor de *commodities* agrícolas e minerais, evidenciados pelos grandes projetos e ações governamentais voltados para a implantação de infraestrutura de transporte e energia, como no caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, o Programa Grande Carajás, o Terminal Portuário da Cargill em Santarém e as atividades agropecuárias que se expandem cada vez mais na região.

Castro (2017) aponta que das seis grandes *commodities* mais exportadas do país em 2010, dentre elas, soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose, os três primeiros são em sua maioria provenientes da Amazônia. Contudo, a celulose e o petróleo (com gás natural) têm parcela de contribuição da Amazônia, reafirmando sua importância no cenário nacional. Como consequência, acabam contribuindo para o acirramento das estratégias de apropriação de terras e de recursos por empresas nacionais e internacionais, resultando no desmatamento acumulado, concentração fundiárias e grilagem de terras.

A intensa dinâmica econômica que vem acontecendo desde as últimas décadas do século passado gerou profundas mudanças estruturais na Amazônia, alterando seu papel no cenário nacional e internacional, a partir da expansão da fronteira agrícola no território. Reflexos dessa expansão, é possível de se observar de forma expressiva no município de Santarém a partir dos anos 2000, cujo porto hidroviário apresenta significativa importância para o escoamento de grãos da região. Esse fator estimulou a pavimentação de mais de 1000 km da

rodovia Cuiabá-Santarém, aberta na década de 1970, mas só nos anos 2000, sua pavimentação pelo lado paraense, foi novamente inserida como um projeto de política pública<sup>3</sup>, com consequências na produção do espaço urbano no município. Nesse contexto, o próximo capítulo buscará evidenciar os aspectos socioeconômicos que caracterizam essa produção do espaço em Santarém e os diferentes atores que contribuem com esse processo.

---

<sup>3</sup> Sobre esse processo de finalização da pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém, ver Leão (2017).

## **2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SANTARÉM**

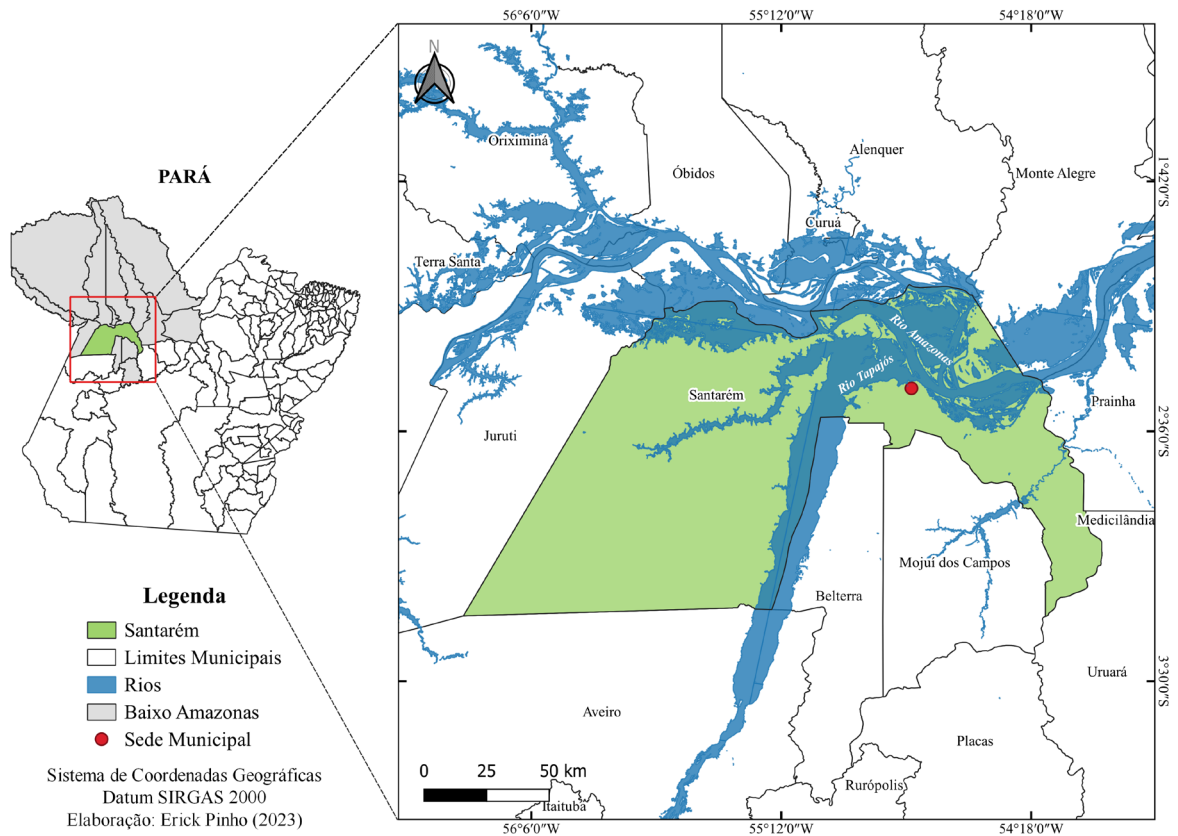
Neste capítulo, buscar-se-á fazer uma revisão da literatura sobre a produção do espaço urbano em Santarém, com o intuito de caracterizar o atual contexto socioeconômico do município. Após isso, serão apresentadas as políticas habitacionais no município com base no levantamento bibliográfico acerca da implementação do PMCMV e do processo de revisão do Plano Diretor municipal, bem como por entrevistas realizadas com atores da SEHAB e da FASE.

### **2.1 A Produção do Espaço Urbano em Santarém, seu Contexto Histórico e Econômico**

Como visto no capítulo anterior, a produção do espaço urbano na Amazônia guarda especificidades voltadas principalmente para a forma de ocupação do espaço ligada à dinâmica dos rios que orientam a vida econômica, cultural e social das cidades. Esse padrão de rede urbana que se estrutura espacialmente ao longo dos cursos dos rios é chamado por Corrêa (1987) de rede urbana dendrítica. Santarém acaba se configurando inicialmente a partir das relações que a cidade desenvolveu com o rio ao longo do seu processo histórico. Pertencente à mesorregião do Baixo Amazonas, Santarém está localizada na margem direita do rio Tapajós, na confluência com o rio Amazonas, e é a terceira cidade mais populosa do estado do Pará, atrás somente de Belém e Ananindeua, como apresentada na **Figura 01**.



**Figura 1** – Localização do Município de Santarém



Fonte: Elaborado pelo próprio Autor.

A formação de Santarém tem seus primórdios ligados ao contexto colonial com o estabelecimento de missões religiosas na região e a fundação do povoamento denominado aldeia do Tapajós no ano de 1661, a partir da chegada do missionário João Felipe Bettendorf, marcando o começo da ocupação do Baixo Amazonas. Inicialmente, Santarém serviu de base para o controle e expansão territorial dos domínios portugueses na região e para a exploração econômica de diversos produtos regionais, como as drogas do sertão, o látex e a juta. Logo se consolidou como um importante entreposto comercial e ponto de apoio para a expansão urbana no Baixo Amazonas, devido à estratégica posição intermediária entre as capitais Belém e Manaus (COSTA T., 2012; TRINDADE, 2015).

Entre a metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, o espaço amazônico era organizado a partir de estratégias de controle do território, que teve como base a edificação de fortes, desempenhando as funções de defesa e dominação. Em Santarém houve a construção de um pequeno forte, nesse mesmo período, à margem direita do rio Tapajós, que ficou conhecido como “Fortaleza do Tapajós”, local onde hoje é o mirante da cidade. Ainda nesse contexto do século XVIII, durante a política de ocupação e defesa do território, a aldeia do Tapajós, como era denominada, foi elevada à categoria de vila pelo então governador da

Província do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebendo o nome de Santarém (COSTA T., 2012).

Ao longo do século XIX, Santarém se desenvolveu enquanto maior centro urbano da região do Baixo Amazonas, devido ao seu poder militar e religioso, se afirmando enquanto centro de decisão política. No ano 1848, em consequência de seu desenvolvimento como polo da economia regional, é elevada à categoria de cidade. Nesse período, ainda predominava a economia extrativista das drogas do sertão na região, com destaque para o cacau, a salsa, o cravo e o guaraná, e o comércio começava a se expandir através dos rios (COSTA T., 2012).

Para Corrêa (1987), o período de 1850 a 1920 são décadas de profundas mudanças na Amazônia, tendo como pano de fundo o *boom* da economia da borracha que levou à expansão e ao revigoreamento da rede urbana. A cidade de Santarém, por exemplo, apresentou um crescimento mais vigoroso, destacando-se a partir do final do século XIX como a segunda cidade mais importante do Pará.

Durante o período de 1920 a 1960, o qual marca a estagnação econômica da Amazônia em virtude do declínio da produção comercial da borracha, a região vivenciou um momento de endividamento interno e externo e uma diminuição da população de pequenas cidades. Nesse mesmo período, a cultura da juta foi importante para a integração de Santarém com o mercado nacional, resultando no crescimento demográfico da cidade e sua posição enquanto terceira maior cidade da Amazônia em número de habitantes (CORRÊA, 1987).

Na **Figura 02** é possível visualizar o padrão da rede urbana (dendrítica) de Santarém em meados do século XX. Para Costa T. (2012) as cidades ribeirinhas são definidas tanto por sua paisagem na qual o rio e seus elementos ganham destaque, como pelas relações de contato/dependência de seus sujeitos com os rios. No caso de Santarém, sua relação com o rio foi historicamente fundamental para a dinâmica de organização da cidade.

**Figura 02** – Vista Aérea Parcial da Cidade de Santarém (1953)



Fonte: Portal da Cidade de Santarém.

A partir de 1960 iniciou-se o processo de integração da Amazônia ao espaço nacional. Santarém e o oeste paraense foram alvos das políticas desenvolvimentistas implementadas pelo governo federal naquele período, que visavam à ocupação, integração e desenvolvimento regional (TRINDADE, 2015; LEÃO, 2017). E, como dito anteriormente, houve a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e a inauguração da usina hidrelétrica de Curuá-Una com a abertura da rodovia de mesmo nome, rodovia Curuá-Una, responsável por interligar a referida hidrelétrica à cidade de Santarém-PA.

Os novos eixos de circulação intrarregionais criados induziram a um novo fluxo de circulação, uso e apropriação do território, ligados a um outro padrão de ocupação espacial cuja referência não é mais apenas o rio, mas também as estradas. Essa mudança de estrutura viabilizou a introdução da pecuária, da colonização oficial e da interiorização do povoamento por meio de uma ocupação dirigida. Nesse período, houve o agravamento dos conflitos de terras e o surgimento da organização dos trabalhadores rurais (COSTA S., 2012).

No mesmo período em que uma série de investimentos estatais se direcionaram para a abertura de estradas na região, houve a descoberta de ouro nos anos de 1960, nos afluentes do rio Tapajós, que desencadeou a chamada “corrida do ouro”, cujo auge se deu entre os anos de 1980 e 1990. Esse evento provocou mudanças socioeconômicas bastante significativas. O garimpo injetou grandes volumes de dinheiro na economia local, houve forte estímulo ao

comércio em geral e, as atividades garimpeiras demandavam, de forma acentuada, bens de consumo e serviços do mercado santareno (HOEFLE, 2013).

Em vista disso, na década de 1980 ocorreu um crescimento demográfico acelerado da população da zona urbana, haja vista que a cidade funcionou como fornecedora de produtos para as áreas de garimpos, e causou um aumento no custo de vida local. Por outro lado, isso demonstra que embora a importância do rio se relativizou em face da abertura de rodovias, ele continuou e continua dinamizando outras atividades locais e regionais (COSTA T., 2012). Com o declínio da atividade garimpeira, a década de 1990, o crescimento demográfico se intensificou direcionando para Santarém um expressivo contingente populacional, em sua maioria com mão-de-obra desqualificada, o que reforçou graves problemas sociais, como o desemprego, déficit habitacional e a periferização da cidade (LEÃO; OLIVEIRA, 2011).

Com a ocupação do espaço amazônico por meio dos projetos estatais que criaram condições para a apropriação privada de terras devolutas por grupos que detinham o capital, houve o incentivo para o avanço da fronteira agrícola, impulsionada tanto com a abertura das rodovias, a partir dos anos de 1970, como em fins dos anos de 1990 em diante, com a perspectiva de asfaltamento de estradas abertas, como a rodovia Cuiabá-Santarém (LEÃO, 2017). Muitos fazendeiros foram atraídos para a região pelo baixo custo da terra e potencial para produção de grãos, entre os quais se destaca a soja. Conforme descreve Costa T. (2012, p. 59-60), a região mostrava-se propícia para a expansão da fronteira agrícola:

A região do Baixo Amazonas apresenta características que se mostram interessantes para a expansão destas atividades agrícolas, pois além da potencialidade de suas terras, apresenta, ainda, grande facilidade de escoamento da produção, seja pelos rios ou pelas estradas. É nesse sentido que, a partir de 1999, com o arrendamento de lotes nas proximidades do porto, passou a operar a empresa multinacional Cargill Agrícola S/A, numa área de 4.545 hectares, exportando parte da produção de grãos de Mato Grosso e tendo como eixo de escoamento terrestre a rodovia federal Cuiabá-Santarém (BR-163).

Assim, observa-se a expansão da fronteira agropecuária no Baixo Amazonas, com a criação de gado e o avanço da produção da soja, que se caracteriza como uma das maiores expressões da expansão da fronteira agrícola, com a chegada dos primeiros sojicultores em Santarém. Além do aumento na demanda de produtos agrícolas no mercado internacional, esse movimento é impulsionado ainda mais com a assinatura do contrato de concessão de instalação do porto graneleiro da empresa Cargill S.A. junto à Companhia das Docas do Pará (CDP), consolidando Santarém e Belterra no cenário do agronegócio (TRINDADE, 2015). Costa T. (2012) destaca a expansão da fronteira mineral, com a instalação de grandes empresas minero-metalúrgicas em diferentes pontos da região.

O interesse da Cargill pela instalação do porto em Santarém deve-se à posição estratégica da cidade que facilita a logística, tanto interna viabilizada pela rodovia Cuiabá-Santarém que liga a cidade com o território nacional, quanto por ser uma cidade às margens de rios cuja navegabilidade permite que os grandes navios de exportação alcancem os mercados consumidores dos Estados Unidos e Europa (TRINDADE, 2015; LEÃO, 2017).

A instalação da Cargill e os produtores de soja foram atraídos para Santarém a partir da campanha da prefeitura do município realizada no Sul e Centro-Oeste apresentando a aptidão do planalto santareno para a agricultura mecanizada. Assim, os sojicultores vindo de outras regiões compraram as áreas planas de fazendeiros e pequenos produtores provocando a saída da população do campo para bairros populares na cidade de Santarém (HOEFLE, 2013). A respeito do deslocamento das famílias rurais para a cidade e outras consequências proveniente da expansão da fronteira agrícola, descreve Costa T. (2012, p. 60) que:

[...] nessa expansão das lavouras de soja no Estado do Pará, apoiadas pelo grande estoque de terras favoráveis à implantação da agricultura industrial, a preços reduzidos, observa-se recorrência de alguns mecanismos ilícitos, como a grilagem de terra, a violência contra o agricultor familiar, povos e comunidades tradicionais que não raras vezes têm sido expropriados de seus territórios, o que vem provocando o deslocamento de muitas famílias para área urbana da cidade de Santarém, conduzindo esta a um crescimento populacional nos bairros periféricos e com isso acentuando a espoliação urbana nos mesmos.

Como afirma Hoefle (2013, p. 72), “O símbolo maior das mudanças econômicas recentes são as instalações da CARGILL”. No entanto, embora a produção e exportação de soja tenham trazido benefícios para a balança comercial brasileira, conforme expõe Trindade (2015), o agronegócio tem gerado pouco resultado social positivo para Santarém. Pelo fato de ser uma atividade altamente mecanizada, o número de postos de trabalho nas fazendas é reduzido, contrariando a ideia de que a soja geraria emprego e renda para a população local. Os lucros provenientes da sojicultura ficam restritos aos grupos que possuem o capital de investimento.

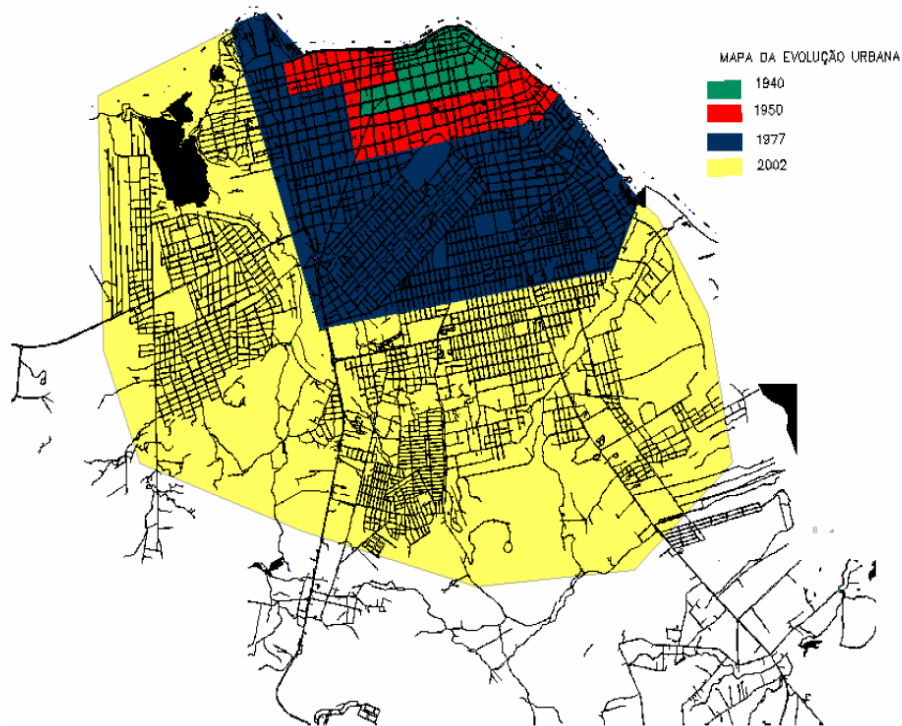
Além do mais, a produção de grãos tem provocado modificações na organização do espaço urbano santareno, ao mesmo tempo em que se apropria das áreas rurais. Com o consequente êxodo rural, certamente uma grande parcela dessa população tem procurado moradias na área urbana de Santarém, o que vem provocando o aumento da população urbana e a expansão das periferias. Esse fato tem gerado uma maior demanda por serviços urbanos e por moradia em Santarém (TRINDADE, 2015).

O crescimento demográfico provocou a expansão da malha urbana e o surgimento de novos bairros localizados em áreas afastadas do centro da cidade e seguem, principalmente, os novos eixos viários, como a rodovia Santarém-Cuiabá, a rodovia Curuá-Una e a rodovia

Fernando Guilhon, sendo que, esta última, dá acesso ao aeroporto da cidade, e foi aberta e asfaltada na década de 1980. Nesse sentido, verifica-se uma dinâmica de reestruturação regional, na qual a urbanização, antes movida apenas pela rede urbana dendrítica, limitada a contornar a margem do rio, doravante passa a ser orientada pelos vetores rodoviários. Estes, ao mudarem a dinâmica urbana da cidade, têm contribuído para a expansão do tecido urbano santareno (COSTA T., 2012).

A **Figura 03** ilustra a forma como se deu a expansão urbana de Santarém ao longo do período de 1940 a 2002. É possível observar que até a década de 1950 o espaço urbano era delineado pelo rio Tapajós ao norte. A partir da década de 1970 até o ano de 2002 ocorre um espriamento do espaço urbano orientados pelos eixos rodoviários citados no parágrafo anterior.

**Figura 03** – Mapa da Expansão Urbana de Santarém de 1940 a 2002



Fonte: Ramos (2004, p. 71).

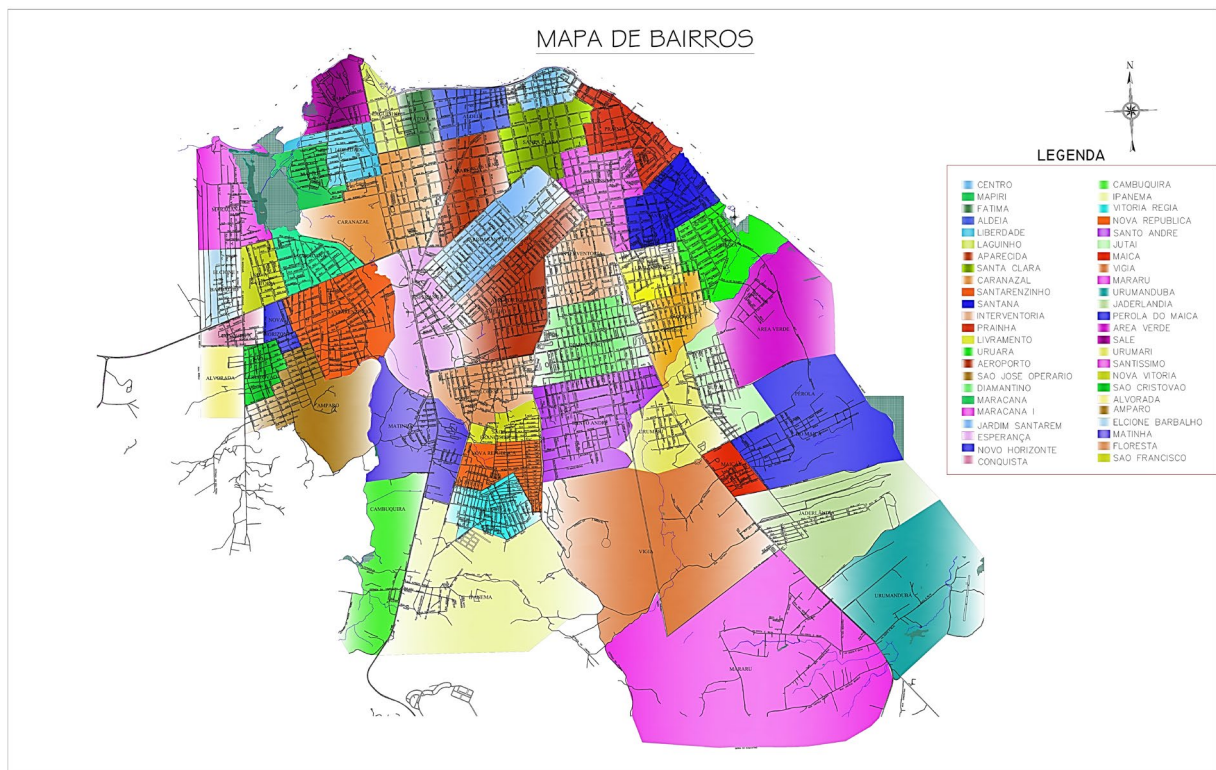
De acordo com Leão e Oliveira (2011, p. 02):

As margens destes eixos começaram a ser ocupadas, sem, no entanto, haver planejamento ou ordenação de seu crescimento, o que resultou numa configuração de áreas com precariedade em infraestrutura, saneamento e habitação, ocupadas por população de baixa renda e caracterizadas por intensa periferização. As gestões municipais pouco se preocuparam com muitos problemas gerados por esta urbanização de natureza periférica. Um deles estava relacionado ao bom andamento de qualquer gestão municipal, ou seja, não havia critérios muito elaborados sobre a

delimitação territorial dos próprios bairros, dificultando assim, a própria gestão, como também, a concepção dos usos do solo.

Atualmente, Santarém é considerada como uma cidade média, sede da região metropolitana de mesmo nome, conjuntamente com os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos<sup>4</sup>. Santarém possui 48 bairros pertencentes à área urbana do Município (**Figura 04**) que surgiram em diferentes momentos históricos, ligados a processos socioespaciais específicos a cada um deles, os quais a partir da década de 1970, começaram a se espriar de forma mais acentuada, seguindo o eixo das novas estradas abertas (COSTA T., 2012).

**Figura 04** – Mapa dos Bairros Pertencentes à Área Urbana do Município de Santarém



Fonte: Santarém (2018).

De acordo com Gomes, *et al.* (2017), o espaço urbano da Região Metropolitana de Santarém é ambivalente: atende tanto ao perfil hegemônico de metrópole, incorporando aspectos da cidade global, tais como *shopping centers*, projeto de orla típico, pressão por verticalização, loteamentos de luxo; ao passo que também manifesta sua face amazônica, pois coexistem com aqueles os bairros híbridos<sup>5</sup> e comunidades cujos moradores ainda mantêm

<sup>4</sup> Belterra e Mojuí foram emancipados de Santarém em 1997 e 2010, respectivamente. Em 2012 foi publicada a lei que oficializa a criação da Região Metropolitana de Santarém (GOMES, *et al.*, 2017).

<sup>5</sup> Leão e Oliveira (2011) definem como espaços híbridos aqueles dentro do município onde se constata uma população que exerce atividades tipicamente rurais, como agricultura e pesca, mas que circulam, comercializam, convivem no espaço urbano. No caso de Santarém, bairros como Área Verde e Pérola do Maicá são exemplos desses espaços.

relação de dependência com os rios ou do trato com a terra e áreas nas quais identidades culturais e religiosas ainda subsistem na cidade.

Além dos investimentos estatais, com a construção de estradas, hidrelétricas e portos, e a expansão da fronteira agrícola, cabe destacar que outros fatores corroboraram com o entendimento de Santarém enquanto cidade polo do Baixo Amazonas e contribuem para o crescimento populacional. Esses fatores foram a implantação de universidades públicas e privadas, a exemplo da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e Universidade do Estado do Pará (Uepa), bem como a construção do Hospital Regional e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que atraem pessoas, principalmente, das cidades vizinhas em busca de melhores condições de saúde e acesso ao ensino superior, aumentando a procura e produção de moradias.

A introdução da monocultura da soja, a partir dos anos 2000, e da produção imobiliária, intensificada a partir de 2010, ressignificou o padrão tradicional de ocupação territorial. Segundo Oliveira (2011) e Costa T. (2012), a rápida expansão populacional experimentada pelo município de Santarém devido, principalmente, ao considerável êxodo rural, que se manifesta como resultado da expansão de uma fronteira agrícola, provocou um desequilíbrio na oferta de serviços públicos, uma vez que a expansão da malha urbana fugiu ao controle do poder público municipal, que pudesse atender a demanda da população de baixa renda. Fato este somado ao processo de especulação imobiliária, tem contribuído para a precarização da espacialidade e da moradia.

As manifestações desses processos de êxodo rural e periferização em Santarém convivem com arranjos socioespaciais estratégicos implantados na região, como o caso dos assentamentos agroextrativistas, reserva extrativista, floresta nacional, que garantem a permanência de grupos originais em áreas periurbanas após a integração econômica e espacial da região, mas que agora são reclamadas pela especulação imobiliária e expansão do agronegócio (GOMES, *et al.*, 2017).

Nas duas últimas décadas, tem se destacado outra forma de produzir riqueza por meio da expansão do mercado imobiliário que impulsiona o crescimento de Santarém, a partir do mercado de terras urbanas. Surge então um novo eixo de valorização e crescimento da cidade no sentido oeste, com o surgimento de um grande número de bairros às margens da rodovia Fernando Guilhon. A princípio, isso se deu em virtude o aterramento do igarapé Irurá, realizado para interligar a cidade ao novo aeroporto e, atualmente, possivelmente vinculado mais a investimentos do que à demanda efetiva e que tem na legalidade de terra urbana e na proximidade do rio Tapajós seus principais trunfos (OLIVEIRA, 2008; SANTANA, 2022).



A exemplo dos investimentos citados no parágrafo anterior, a construção do *shopping* Rio Tapajós, a chegada de mercados atacadistas, construção de condomínios, loteamentos, postos de combustíveis, além do Residencial Salvação e a Ocupação Vista Alegre do Juá contribuíram para a expansão e valorização do espaço urbano naquele eixo. Na concepção de Santana (2022), a expansão desse eixo de crescimento tem características que o difere dos demais (como a Curuá-Una e a Cuiabá-Santarém), pois está associada ao interesse de reprodução do capital, que foi viabilizada a partir de ações do poder público local na implantação de obras que romperam com os obstáculos que impediam a expansão nesse setor (SANTANA, 2022).

Nesse sentido, a produção do espaço urbano em Santarém é orientada segundo o interesse do capital e indevidamente acompanhado de um planejamento urbano pelo poder público condizente com a rapidez com a qual o crescimento econômico e populacional se expressam no município. O resultado desse processo leva à expressões como a periferização e o surgimento de ocupações urbanas. Como afirma Serpa (2001), esses espaços destacam-se pela precariedade da configuração espacial com infraestrutura e serviços públicos deficientes ou inexistentes, até mesmo precárias moradias, sendo o *locus* da reprodução socioespacial da população de baixa renda.

Uma vez que o próprio mercado imobiliário não atende à demanda de moradia de todos os cidadãos, muito menos seja voltado para o público que se encontra à margem da sociedade, como a população de baixa renda que não tem condições de adquirir a moradia pela via do mercado, é importante verificar de que forma as políticas habitacionais no município buscam, no mínimo, contribuir para a redução do déficit habitacional. Informações que buscar-se-á evidenciar na próxima seção.

## **2.2 As Políticas Habitacionais no Município de Santarém**

Com base na prévia do Censo Demográfico de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou a população de Santarém em 351.220 habitantes, um crescimento de mais de 40.000 pessoas em relação ao ano de 2021, em que a população era de 308.339 (IBGE, 2022). De acordo com estudos realizados sobre a questão da habitação em Santarém, até o ano de 2010 o município apresentava um déficit habitacional de 28.808 famílias em situação de vulnerabilidade. Em 2020 houve uma redução de 21,37%, correspondendo a 22.654 (REIS, *et al.*, 2018; ALVES, 2022).

Com o intuito de intervir no déficit habitacional e garantir o acesso à moradia pelas famílias de baixa renda, a prefeitura de Santarém buscou desenvolver alguns projetos viabilizados com recursos do governo federal. A exemplo desses projetos, o Programa de Aceleração do Crescimento I (PAC I – Projeto de intervenção em favelas) teve o objetivo de urbanizar bairros com características rurais localizados próximos à cidade, e o PMCMV, sendo este a mais expressiva das políticas habitacionais da cidade, com o objetivo de garantir o acesso à moradia pela população de baixa renda (SANTOS, 2017).

O PAC I foi iniciado em 2008 e direcionado para o bairro do Uruará que, além de ser um bairro com características rurais, especialmente quando analisada a principal fonte de renda, a pesca, foi diagnosticado como área de vulnerabilidade social, passível de constantes alagamentos na época do inverno. A maioria das casas se davam em palafitas e, para viabilizar as obras de construção das casas, as famílias ocupantes saíram do bairro e passaram a viver mais de seis anos sob o aluguel social. Contudo, muitas famílias não puderam regressar, em decorrência da não finalização das obras, outras não receberam suas casas por erro de contabilização (SANTOS, 2017).

Além do PAC I, no final de 2011 a então prefeita de Santarém Maria do Carmo, do Partido dos Trabalhadores (PT) assinou um convênio com a Caixa Econômica Federal para a construção de mais de 4 mil casas, por meio do PMCMV. Este foi planejado para ser executado em dois conjuntos habitacionais: o Residencial Salvação com 3.081 casas, localizado na avenida Fernando Guilhon; e o Residencial Moçara I e II com 1.440 apartamentos, localizado no bairro Aeroporto Velho (PEREIRA, 2014).

As unidades habitacionais do Residencial Salvação foram entregues em 2016 para famílias com renda de até R\$ 1.800,00 e onde abriga, aproximadamente, 15 mil pessoas (ALVES, 2022). Contudo, Santos (2017) aponta diversas falhas no empreendimento, uma vez que o mesmo não contou com as infraestruturas urbanas básicas, tais como creches, escolas, postos de saúde e espaço para lazer, embora constassem no projeto inicial. Isso se deu devido à falta de integração entre o governo federal e municipal na elaboração dessa política pública, a qual foi concebida sem o conhecimento da realidade local e sem a participação social.

Além do mais, outras críticas são apontadas por Pereira (2014), Santos (2017) e Alves (2022) em relação ao PMCMV reproduzir a lógica de uma política habitacional apenas com vista a fomentar o mercado da construção civil, reproduzindo modelos de casas que não consideram as especificidades da região em que se insere e, portanto, foge ao escopo de uma moradia digna. A este respeito, convém citar que no Residencial Salvação as casas dispõem de um sistema de aquecimento de água em um município com clima predominantemente quente e

úmido. Por outro lado, sem um mínimo de arborização, embora a área tenha sido desmatada para a construção do empreendimento. Soma-se a isto a falta de sistema de drenagem e tratamento de esgoto adequados à topografia da área que provocou enxurradas e inundações no local, causando prejuízos sociais e ambientais.

A FASE é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua a favor da causa do Direito à Cidade em Santarém desde a década de 1980 e, atualmente, com foco de atuação no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande<sup>6</sup>, no apoio e no assessoramento às organizações comunitárias na luta pela garantia do território e enfrentamento à mineração. Quando questionada a respeito da forma como são pensadas as políticas habitacionais no município e, mais especificamente, de como se deu a implementação do projeto do Residencial Salvação em Santarém, a representante da FASE expõe:

Quando a gente pensar em cidade na Amazônia a gente tem que enxergar que não dá pra pensar em uma política urbana no Brasil única, porque as cidades elas são diferentes. Não dá pra pensar também pra ter pra cá pra região política urbana “copia e cola” do sudeste, do sul do país porque aqui é diferente. O próprio Residencial Salvação é um exemplo de uma política urbana copiada. Um copia e cola mesmo, vergonhoso inclusive, porque quando a gente vê as unidades do Residencial Salvação com aquecedor, em uma cidade que beira 40 graus muito tranquilamente... Uma área que foi desnudada. Aquela área lá do Salvação era uma área de vegetação. A vegetação foi totalmente derrubada para construir as casas e hoje não tem árvores no Residencial Salvação. Não tem arborização, por outro lado tem aquecedor. (Entrevista com a FASE, 2022).

Santana (2022) identifica em sua pesquisa que a localização onde foi construído o Residencial Salvação estava em processo de especulação imobiliária e é atualmente uma das áreas mais valorizadas da cidade. De certa maneira, o empreendimento do PMCMV contribuiu para a valorização urbana, pois contempla toda uma infraestrutura de energia e saneamento que beneficia as áreas vizinhas. Além do mais, os moradores geram demandas por produtos alimentícios e outros do comércio em geral que se instalam nas proximidades.

O Residencial Moçara I e II passa atualmente por cadastro das famílias e processo de conclusão da obra, a qual se encontra parada desde dezembro de 2013. A empresa responsável pelo empreendimento entrou com pedido de recuperação judicial, o que revoltou os operários que trabalhavam no local, especialmente por conta do atraso no pagamento de seus salários (PEREIRA, 2014). Atualmente, o local encontra-se abandonado pelo poder público e depredado pela ação do tempo e de vandalismo.

---

<sup>6</sup> Projeto de assentamento de reforma agrária, criado em 2005, localizado entre os rios Arapiuns, Tapajós e Amazonas e pertencente ao município de Santarém. Possui 144 comunidades de agricultores rurais reconhecidas pelo Incra (FASE, 2019).

Além do caso do Residencial Moaçara I e II, o projeto do bairro Uruará (PAC I) não foi concluído e uma parte dos moradores ainda continua no aluguel social. De acordo com o Portal da Câmara Municipal de Santarém (2023), o PAC no bairro Uruará, bem como do Residencial Moaçara I e II do PMCMV, estão em pauta no parlamento para articulação com a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária e com o Ministério das Cidades sobre a retomada desses empreendimentos no município.

Alguns fatores institucionais e políticos podem ser apontados para análise da paralisação dessas políticas habitacionais. Durante o governo da Maria do Carmo, do PT, o município de Santarém contava com uma Secretaria Municipal de Habitação, transformada em Coordenadoria Municipal de Habitação quando da transição para o governo do Alexandre Von, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com a justificativa de contenção de despesas e o enxugamento da máquina pública. Isso provocou paralisação de ações iniciadas na gestão municipal anterior (PEREIRA, 2014).

Nesse contexto, ao ser questionada sobre as principais dificuldades/limitações para atuação do órgão, a ex-secretária municipal de habitação e regularização fundiária, que na época existia enquanto Coordenadoria, expõe:

Quando você tem autonomia é mais possível realizar sonhos, quando você não tem autonomia você é engessado, não realiza sonhos, não consegue contratar pessoas pro teu quadro funcional, tu não consegue fazer projetos, não consegue ter pessoas capacitadas no teu órgão, e fica mais difícil até pra nossa própria administração. E quando você tem autonomia, tu consegue fazer com que aquele projeto aconteça. Por exemplo, você tem uma secretaria que tem várias secretarias conjuntas, isso é bom pro governo, diminui gastos, mas também engessa. Mas por que engessa? Porque quando eu tinha uma secretaria focada em um setor pra desenvolver, outra fica como coordenadoria esperando que a secretaria faça a de todas, então a dificuldade tá nisso. Mas assim, tendo autonomia, sendo secretaria, pode ir pra Brasília atrás de emenda, o secretário vai no Ministério das Cidades ver qual o programa, e começa a colocar o pessoal pra trabalhar naquele programa que vai ser feito. Então quando tu tem uma secretaria imensa pra cuidar de toda Santarém com mais programas de habitação, fica mais difícil. (Entrevista com a ex-secretária de habitação, 2018).

Em 2018, ainda no contexto da Coordenadoria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (CHDU), o prefeito Nélio Aguiar lançou o projeto “Morar Legal”, objetivando desburocratizar o processo de regularização fundiária urbana do município de Santarém (G1 SANTARÉM, 2018). Esse projeto contempla duas modalidades de regularização fundiária urbana (Reurb): de interesse social (Reurb-S), direcionada aos núcleos urbanos informais<sup>7</sup> ocupados por população predominantemente de baixa renda; e de interesse

---

<sup>7</sup> A Lei Municipal nº 20.852/2019 define núcleo urbano informal como sendo “aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização” (SANTARÉM, 2019, n.p).

específico (Reurb-E), direcionada aos núcleos informais ocupados por população não qualificada como baixa renda (SANTAREM, 2019).

Até o ano de 2021, o Projeto Morar Legal entregou mais de 140 títulos de regularização fundiária nos bairros Uruará, Mapiri, Alvorada, Diamantino e Monte das Oliveiras. Esta última era uma das ocupações urbanas identificadas na pesquisa de campo deste trabalho, conforme será apresentado no próximo capítulo, na qual os ocupantes (moradores) foram beneficiados pelo projeto.

Outro importante instrumento para se pensar em política urbana municipal e que influencia diretamente no planejamento das políticas habitacionais é o Plano Diretor, introduzido como ferramenta central no planejamento das cidades no Brasil e regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). De acordo com este, o Plano Diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL, 2001).

O primeiro Plano Diretor do Município de Santarém foi aprovado em 2006, sendo que somente em 2017 foi iniciado seu processo de revisão e apreciado pela Câmara Municipal no final do ano de 2018, em meio a incoerências e atropelos em relação a participação social no processo. Alguns locais escolhidos para realização das audiências públicas foi fator de forte interferência na logística das pessoas devido aos locais distantes. Essa situação teve impacto direto na participação de grande parte da população, porém com forte presença dos setores empresariais, principalmente do agronegócio, sendo os representantes deste os principais interessados no processo pela reprodução do capital (RODRIGUES, 2019).

Conforme aponta Rodrigues (2019, p. 62) a respeito da forma como foi conduzida a discussão durante o processo de revisão do Plano Diretor:

Essa situação, abriu margem para inclusão de propostas de interesses dos segmentos empresariais, que tinham como pauta principal a expansão portuária do município para construção de um terminal graneleiro na região do Maicá. Diante disso, os movimentos sociais do município foram obrigados a interromper novamente a audiência, sob a justificativa da não legitimidade do processo e o desrespeito aos princípios norteadores do Plano Diretor quanto a participação popular (Art. 40, §4º, I, do Estatuto da Cidade) e da gestão democrática da cidade.

Este caso torna evidente a disputa pela cidade entre dois grupos de interesses: de um lado o grande capital representado pelo agronegócio, com uma força política cada vez mais presente na região; de outro lado uma parte da população que busca a garantia dos elementos da cidade que assegurem a vida de quem vive e depende desse ecossistema, como a região do lago do Maicá, onde imperam conflitos de interesses. A Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), que conjuga o interesse do agronegócio, tem projeto para a construção

de um complexo portuário nessa região. Caso o projeto se concretize, romperia com o meio de vida de populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas que mantêm sua relação de dependência com o rio e utilizam o lago para fins de subsistência, além de ser um lugar com potencial turístico na região (AMAZÔNIA LATITUDE, 2019).

A FASE mantém uma forte inserção no debate da política urbana e participou ativamente das etapas do processo de revisão do Plano Diretor. Em entrevista realizada com a representante da FASE em Santarém, a mesma vê no resultado desse processo o forte *lobby* do agronegócio sendo exercido no sentido de garantir proteção legislativa para os seus interesses econômicos, fazendo com que os vereadores e o prefeito “jogassem no ralo” todo o processo de participação popular que, inclusive, é um requisito legal para a validação do Plano Diretor, principal ferramenta jurídica que regulamenta a produção do espaço urbano na cidade.

Então, embora seja uma lei importantíssima que deve ser muito valorizada, sobretudo porque é fruto de uma conquista popular, ela não é suficiente pra realidade de hoje onde a gente vê cada vez mais os nossos territórios sendo acessados, capitaneados pelo agronegócio, pelo “hidronegócio”, pelo “míneronegócio”. Esses grandes projetos que chegam com toda a garra aqui na Amazônia, querendo saquear tudo e, mais uma vez, tá produzindo uma lógica colonialista de invisibilizar as populações que estão aqui com todo o seu conhecimento, com toda a sua sabedoria e com toda a sua história de participação política nesse processo (Entrevista com a FASE, 2022).

Após o envio da minuta do Plano Diretor à Câmara Municipal em 2017, o projeto ficou tramitando durante um ano sem ser discutido, sendo aprovado em dezembro de 2018, tanto no Legislativo quanto no Executivo. A aprovação contrariou as pautas incluídas pela participação social e desrespeitou a decisão da maioria dos grupos presentes no dia da assembleia, principalmente no que tange aos interesses dos povos tradicionais e a liberação do lago do Maicá para a implantação do complexo portuário naquele local (RODRIGUES, 2019).

Além das consequências citadas, a implantação do Complexo Portuário do Maicá poderá contribuir para o aumento do déficit habitacional do município, considerando o fato de forçar a remoção da população residente na região para outros bairros e áreas periféricas da cidade. Expressão de um processo que evidencia uma cidade que vem sendo transformada de acordo com a dinâmica do capital imobiliário, que tem causado cada vez mais a valorização e verticalização do espaço urbano, elevando o preço dos aluguéis e do solo urbano em Santarém, e contribuindo para a periferização e aumento das ocupações urbanas no município.

Com isso, a produção do espaço urbano em Santarém vem ocorrendo de acordo com uma política de aquecimento da economia, acirrando a ocupação do espaço por diferentes grupos sociais que atuam na produção do mesmo – mercado imobiliário, agronegócio, trabalhadores assalariados, população de baixa renda. Neste sentido, torna-se necessária que as

políticas habitacionais do município possam ser efetivas no sentido de garantir a participação social e respeitar a decisão da massa da população, regular a ocupação do espaço e minimizar o déficit habitacional, garantindo que a população de baixa renda possa ter acesso à moradia pelas vias formais.

No próximo capítulo, será apresentado o levantamento realizado junto ao poder público local referente às principais ocupações urbanas do município, com ênfase no histórico da ocupação Vista Alegre do Juá, objeto de estudo deste trabalho, a fim de verificar os fatores políticos e econômicos do surgimento da mesma.

### **3 A OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SANTARÉM**

O presente capítulo traz alguns conceitos importantes para o entendimento do objeto de pesquisa em questão. Após estas delimitações conceituais, é apresentado o panorama das ocupações urbanas mapeadas no município e o histórico do surgimento da ocupação Vista Alegre do Juá no contexto da produção do espaço em Santarém, buscando evidenciar os fatores políticos e econômicos que contribuíram para esse processo. Para este capítulo, além do referencial teórico utilizado na construção do mesmo, serão apresentados dados de pesquisa de campo com moradores da ocupação Vista Alegre do Juá realizada em 2019.

#### **3.1 As Ocupações Urbanas: delimitações conceituais**

No Capítulo 1 deste trabalho, foi apresentado, a partir da visão de autores como Lefebvre (2002) e Santos Júnior (2011), que há uma lógica da produção do espaço urbano voltada para a acumulação de capital. Contudo, existe de outro lado as classes populares, constituídas por trabalhadores assalariados ou informais e população de baixa renda que veem a habitação, o solo urbano e a própria cidade, não pelo valor de troca que uma mercadoria apresenta, mas enquanto bens essenciais para sua reprodução social. No entanto, o acesso ao solo urbano por essa parcela da população tem sido dificultado em decorrência da dinâmica especulativa do mercado imobiliário, que provoca o aumento do custo de vida em determinadas áreas da cidade e a consequente gentrificação<sup>8</sup>.

Essa forma de produção do espaço urbano quando ocorre sem ser acompanhada de uma política habitacional na mesma proporção para a população de baixa renda, e obedecendo a lógica do mercado imobiliário, restringe as alternativas de moradia para os mais pobres. Uma das consequências dessa exclusão é a produção de moradias por meio das ocupações urbanas, realizadas por parte dessa população excluída que constrói suas casas em áreas abandonadas, que não vêm cumprindo com sua função social, ou mesmo afastadas dos centros urbanos (CANETTIERI, 2017). Essas áreas, em geral, são marcadas pela precariedade da configuração

---

<sup>8</sup> Conceito desenvolvido pela socióloga Ruth Glass em 1964, em sua obra intitulada *London: aspects of change*, a partir de um estudo das transformações sociais ocorridas em Londres no século XX, para se referir ao processo de reestruturação urbana marcada pela valorização imobiliária e pela substituição de um estrato social de baixa renda por outro de classe média ou alta. “Quando este processo de ‘gentrificação’ começa num bairro avança rapidamente até todos ou muitos dos ocupantes originais da classe trabalhadora serem deslocados e todo o carácter social do bairro é modificado” (GLASS, 1964, p. 06).



espacial e da moradia e pela deficiência de equipamentos e serviços públicos básicos (OLIVEIRA, 2008).

Para se entender o conceito de ocupações urbanas adotado neste trabalho, toma-se por base a definição de Canetti (2014, p. 26), o qual explica que:

As ocupações acontecem quando determinado grupo de pessoas sem acesso à moradia passa a ocupar terrenos e construções dos quais não têm a posse formal, podendo ser espontâneas ou organizadas por grupos sociais e políticos. [...] são, em geral, terrenos e construções abandonadas e/ou subutilizadas e, muitas vezes, relacionadas à retenção para fins de especulação imobiliária.

E como complementa Abramo (2009), são atos impulsionados pela lógica da necessidade de moradia, quando não satisfeita pelas duas outras lógicas: a do Estado (políticas habitacionais) e a do Mercado (capital imobiliário).

Para Souza e Teixeira (2009), a palavra ocupação nomeia uma forma de espacialização das principais estratégias de luta pelos atores que a promovem, caracterizando-se por designar a ação de adentrar um imóvel ocioso (prédios ou instituições públicas) e/ou a territorialização permanente ligada à moradia, como a construção de casas em terrenos ociosos na cidade. Os autores ainda complementam:

*Ocupar é a ação básica por meio da qual o movimento territorializa alguns espaços das cidades, espaços nos quais e através dos quais os ativistas se organizam, configurando tanto um meio (uma estratégia para abrir canais de interlocução com o Estado), quanto um fim em si (são as moradias das famílias que ali “ocuparam”)* (SOUZA; TEIXEIRA, 2009, p. 47, grifo do autor).

Para os autores acima citados, a ocupação urbana, além de ser ato que busca solucionar o problema da moradia em si pelos movimentos sem-teto ou sem-terra, também é uma forma a partir da qual esses movimentos chamam a atenção do Estado para o estabelecimento de diálogos e negociação. Canetti (2014) traz uma reflexão similar ao tratar as ocupações urbanas como uma solução encontrada pelas pessoas que foram excluídas do acesso à moradia e uma forma de garantir a função social prevista na Constituição e no Estatuto das Cidades.

Uma visão comumente associada a esses movimentos populares de ocupação de um terreno ou imóvel ociosos, e que está associada ao entendimento da instituição da “propriedade privada” enquanto um direito absoluto, refere-se a esses movimentos como “invasão”. Essa denominação deturpa o sentido da legitimidade do movimento colocando-o na condição de um grupo que se apropria daquilo que é de outrem. Para Sousa e Teixeira (2009) o termo invasão

é explicitamente pejorativo, o qual traz consigo a intolerante defesa da propriedade privada em detrimento de outros direitos, como o direito à moradia e, de forma mais ampla, o direito à vida.

Quanto à isso, a Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 5º, inciso XXII, o direito de propriedade como um direito e uma garantia fundamental. Outrossim, no inciso XXIII do mesmo artigo, também dispõe que a propriedade deverá atender a uma função social (BRASIL, 1988). Ou seja, o direito à propriedade não é mais um direito absoluto, como em outro momento era entendido, sendo a função social seu limitador constitucional que visa evitar a subutilização da propriedade para meros fins especulativos.

A criminalização das ocupações se ancora justamente na defesa dessa propriedade privada, para a qual as ocupações representam uma afronta, ao questionarem a concentração do solo urbano nas mãos de poucos e criando uma situação de conflito. Quando as ocupações urbanas ocorrem em terrenos que não cumprem com sua função social, a condição dessas ocupações não é mais ilegal do que aquela antes instalada (LOURENÇO, 2014).

Lourenço (2014) explica ainda que o fato de existirem nas cidades estruturas urbanas ou terrenos ociosos que cumprem apenas funções especulativas privadas, impõe a toda a sociedade um ônus, ao fomentar o alto preço do solo urbano e impedindo que sejam ofertadas moradias para a população de menor renda. Portanto, trata-se de uma pauta política que não é somente dos moradores dessas ocupações urbanas. Assim, segundo o autor, “o termo *ocupação* remete à legitimidade que o ato de ocupar uma terra urbana proporciona a toda a cidade, muito além dos benefícios imediatos aos ocupantes” (LOURENÇO, 2014, p. 32, grifo do autor).

Conforme expõe Lourenço (2014), os próprios moradores utilizam o termo ocupação para se referirem ao movimento enquanto ação de conquista da moradia por meio de estratégias apoiadas por movimentos sociais e organizações políticas, contrapondo-se ao termo invasão que é entendido como a ação desorganizada de tomada de posse de um terreno. Partindo dessa perspectiva, a ação de ocupar um espaço, seja ele um terreno ou construção abandonada ou subutilizada, por uma população privada do acesso à moradia pelo meio formal torna-se um movimento legítimo e faz cumprir um direito constitucional ao dar utilidade a um espaço urbano que, outrora, servia apenas a propósitos especulativos.

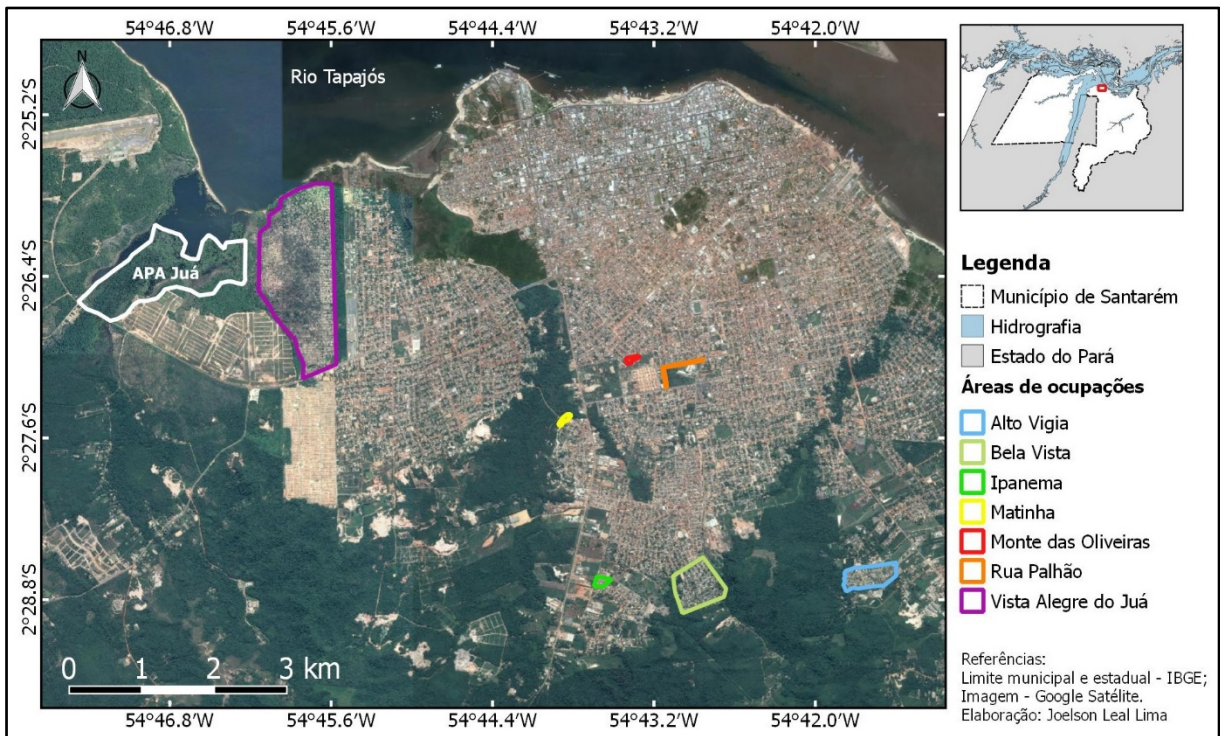
Dessa forma, as ocupações urbanas incluem-se na tradição da luta pela terra urbana nas cidades brasileiras e são caracterizadas pela conjunção de diversos sujeitos coletivos: famílias, movimentos sociais e políticos, igrejas, universidades (estudantes e professores) (BASTOS, *et al.*, 2017) e surgem como uma alternativa a esses grupos socioeconomicamente vulneráveis que não possuem condições financeiras para adquirir um imóvel ou para arcar com despesas mensais de aluguel. Essa parcela da população incapaz de adquirir a moradia pela via

do acesso formal, seja por meio do mercado ou do Estado, busca viabilizar tal acesso por meio das ocupações urbanas, que se apresentam como resposta ao mercado excludente (CANETTIERI, 2017). Esse tema será exemplificado nas próximas seções a partir de um panorama geral sobre as ocupações urbanas em Santarém-PA e, de forma específica, no caso da ocupação Vista Alegre do Juá.

### 3.2 Um Panorama das Ocupações Urbanas em Santarém

Antes de se abordar sobre a mais expressiva ocupação urbana de Santarém, objeto de estudo deste trabalho, é importante apresentar brevemente um panorama geral das demais ocupações existentes no município. A partir de informações obtidas junto à Secretaria de Habitação (antiga CHDU), em 2018, pôde-se identificar que Santarém possui sete ocupações urbanas: Alto Vigia, Bela Vista, Ipanema, Matinha, Monte das Oliveiras, Rua Palhão e Vista Alegre do Juá. A **Figura 05** apresenta a localização das ocupações urbanas em Santarém, com base em um levantamento de campo realizado em 2018 e publicado em Pinho, *et al.* (2019).

**Figura 05** – Localização das Principais Ocupações Urbanas em Santarém



Fonte: Pinho, *et al.* (2019).

A mais antiga dentre as ocupações apresentadas é a Rua Palhão, localizada no logradouro de mesmo nome no bairro Aeroporto Velho, colada aos muros do Hospital Regional

de Santarém e ao lado da Residencial Moaçara, um dos conjuntos habitacionais do PMCMV, que se encontra inconcluído e abandonado. A ocupação foi iniciada em 1987 e, conforme levantamento de Pinho, *et al.* (2019), possui aproximadamente 90 famílias. O local antes da ocupação ainda não tinha o hospital e era tomado por mato, onde essas famílias se instalaram e se mantêm há quase 30 anos sob precárias condições.

A ocupação Matinha é a segunda mais antiga, datando de 2001 o início de sua ocupação em uma área próxima à rodovia Cuiabá-Santarém, no bairro de mesmo nome. A ocupação Matinha possuía até o ano de 2018 cerca de 60 famílias e a área pertencia a uma empresa imobiliária que havia sido destinada para a construção de uma escola. Porém, encontrava-se abandonada há tempos o que levou aquelas famílias a ocuparem para fins de moradia (PINHO, *et al.*, 2019).

Em 2007, por iniciativa de um grupo de mulheres que reivindicavam a inclusão de suas famílias no programa habitacional do município, surgiu a ocupação Monte das Oliveiras, próximo à ocupação Rua Palhão e ao Residencial Moaçara. Segundo Pinho, *et al.* (2019) a ocupação possuía 33 famílias e estava em negociação com a prefeitura de Santarém para regularizar a área. Conforme exposto no capítulo anterior, é sabido que a ocupação foi atendida pelo Projeto Morar Legal que concedeu àquelas famílias a titulação da área ocupada.

A ocupação Bela Vista, por outro lado, está em disputa judicial, havendo sofrido uma reintegração de posse e outra havia sido determinada, mas ainda não cumprida, conforme apontado por Pinho, *et al.* (2019). A ocupação iniciou em 2011 e possuía cerca de 140 famílias que, além do conflito pela posse da área, está localizada na periferia do município, bem longe do Centro e do acesso aos serviços urbanos básicos e com precária estrutura local e das casas.

Em 2014 surgiram as ocupações Alto Vigia, com cerca de 660 famílias e Ipanema, com cerca de 75 famílias. A primeira localiza-se no bairro Vigia, área da periferia de Santarém com todos os problemas inerentes à estes espaços e passa por conflito de posse de terra. A ocupação Ipanema, por outro lado, da mesma forma que a ocupação Monte das Oliveiras, encontrava-se em processo de regularização fundiária, conforme exposto por Pinho, *et al.* (2019), embora não tenha sido investigada a atual situação da mesma.

Além dessas ocupações com relativo tempo de permanência e quantidade significativas de moradores, em 2017 o município cumpriu dois mandados de reintegração de posse com as ocupações urbanas existentes nos bairros Urumari (G1 SANTARÉM, 2017a) e Interventoria (G1 SANTARÉM, 2017b), as quais possuíam, respectivamente, 106 e 20 famílias residindo nesses locais. A remoção das famílias da ocupação aconteceu de forma violenta, com

disparos de balas de borracha por parte dos policiais militares e Grupo Tático Operacional e demolição das casas.

Para os moradores dessas ocupações urbanas, essa é única alternativa para exercerem o direito à moradia mesmo que, na maioria das vezes, os locais escolhidos se encontrem em áreas com precária infraestrutura e sem acesso fácil aos serviços públicos. Além do mais, ainda há aquelas ocupações que, embora se instalem em áreas abandonadas que não vêm cumprindo uma função social, vivem constante risco de remoções, pelas ações de reintegração de posse realizada pela prefeitura, como os casos das ocupações de Bela Vista, Urumari, Interventoria e, como se verá na próxima sessão, a ocupação Vista Alegre do Juá.

### **3.3 O Contexto do Surgimento da Ocupação Vista Alegre do Juá**

A construção do aeroporto na década de 1970 e a abertura da estrada de acesso ao mesmo foram fundamentais para a expansão urbana de Santarém para aquela área da cidade e, mais do que isso, fomentar a valorização do espaço a partir do momento que sinaliza uma possível urbanização da área no futuro. Esses investimentos provocam a especulação imobiliária, uma vez que viabilizam a inserção das terras e propriedades locais na lógica de produção e circulação do capital (SANTANA, 2022).

Até o ano de 2011 a região oeste da cidade de Santarém se expandiu pela rodovia Fernando Guilhon até os bairros Elcione Barbalho (na margem direita) e Alvorada e Conquista (margem esquerda). A partir de 2015 foi que a produção do espaço urbano nessa área ganhou novos elementos, como a construção do *Shopping* Rio Tapajós, o Condomínio Tapajós Royal Ville (aos fundos do *Shopping*), o Residencial Salvação (PMCMV), mercados atacadistas, o loteamento da Buriti (projeto do Residencial Cidade Jardim) e, somando-se a eles, a ocupação Vista Alegre do Juá (SANTANA, 2022).

É evidente uma tendência de ocupação desse setor da cidade por investidores e famílias de poder aquisitivo mais alto, cujo interesse nessa área da cidade se dá pela proximidade com as praias e mesmo a visão do rio. Como explica Santana (2022), constitui-se numa produção da cidade que está vinculada à presença do rio, porém, numa outra lógica de produção do espaço urbano. Diferentemente da relação de dependência para fins de subsistência, como em outro momento, a nova lógica torna o rio e sua paisagem objetos de consumo para aqueles que podem pagar, impulsionando o processo de valorização do espaço. Além dos empreendimentos citados, pode ser verificado a verticalização que se instala a partir dos apartamentos de luxo com vistas para o rio.

Em meio a esse contexto, surge nessa área da cidade a ocupação Vista Alegre do Juá. Como apresentado na **Figura 06**, a ocupação está localizada à margem direita da avenida Fernando Guilhon (sentido ao aeroporto), uma das principais vias rodoviárias da cidade que, juntamente com as rodovia Santarém-Curuá-Una e Cuiabá-Santarém, serviu para orientar a produção do espaço urbano no município. Ao norte, a ocupação é margeada pelo rio Tapajós, e a oeste, faz divisa com o loteamento do residencial Cidade Jardim (empresa Buriti Ltda.), a Área de Proteção Ambiental (APA) do Juá e o Lago do Juá, o qual influenciou na definição do nome da ocupação. Na parte leste, está o *Shopping* e o Condomínio Tapajós Royal Ville.

**Figura 06** – Localização da Ocupação Vista Alegre do Juá



Fonte: Elaborado pelo próprio Autor.

A ocupação teve seu início em 2009 com cerca de 600 famílias, a partir de uma iniciativa organizada por um movimento popular que, posteriormente, fundou o Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM) – organização social que protagoniza a luta pelo direito à moradia em Santarém – produzindo o espaço de acordo com suas necessidades e em meio a estratégias de resistência quanto a permanência no local.

Como exposto por Reis, *et al.* (2018), a ocupação Vista Alegre do Juá se estabeleceu na área atual a partir de três momentos distintos. O primeiro foi quando o grupo levantou

acampamento na área em 2009, permanecendo até março de 2010, na ocasião em que sofreu a primeira reintegração de posse, concedida pelo Poder Judiciário do Estado do Pará, momento marcado pela prisão da principal liderança do MTLM (REIS, *et al.*, 2018).

No mesmo ano em que a área passou pela reintegração de posse, dados do poder público estimaram um déficit habitacional de 28.808 famílias em situação de vulnerabilidade (SANTARÉM, 2010), ao passo que haviam áreas desocupadas que não exerciam algum tipo de função social, como o caso da área da ocupação. Esse déficit habitacional, realidade não só do município de Santarém como das demais cidades brasileiras, evidencia as contradições da produção do espaço urbano capitalista e a segregação socioespacial inerente ao mesmo.

Após mais de um ano da reintegração de posse, o grupo retorna ao local em junho de 2011, dessa vez com a criação da associação de moradores e do MTLM que possibilitaram tanto a organização interna quanto a articulação com outras entidades sociais e políticas de Santarém. Contudo, ainda em setembro do mesmo ano, a ocupação sofre a segunda reintegração de posse de forma mais violenta que a anterior, segundo relato da liderança da ocupação. Em decorrência disso, o tempo que o movimento levou planejando novas estratégias para retomada da ocupação foi maior. A retomada então em 2014 marcou o terceiro momento que perdura até os dias atuais (REIS, *et al.*, 2018).

Embora desde 2014, quando da terceira tentativa de ocupar e se manter na área, a ocupação não tenha sofrido mais tentativas de reintegração de posse, o conflito com os agentes imobiliários e agentes do poder executivo ainda persiste fortemente. Em vista da necessidade de estarem mais bem estruturados e organizados, o MTLM planejou a ocupação da área com a dimensão de 200 metros de frente e 2.500 metros de comprimento, dividida em 986 lotes de 10x30 metros que, em muitos casos, eram ocupados por mais de uma família. Posteriormente, a área foi duplicada pela mesma dimensão, ou seja, mais 200 metros de frente, para atender o aumento das famílias que chegavam em busca de um espaço para morarem (REIS, *et al.*, 2018).

Atualmente a área da ocupação Vista Alegre do Juá é de cerca de 246 hectares. Essa dimensão é maior que quase a totalidade dos bairros do município, com exceção de alguns bairros mais afastados que ainda mantêm características rurais, como os bairros Mararu e Vigia, embora em termos populacionais seja bem mais alto que estes. Informação que pode ser confirmada quando comparada a área da ocupação na **Figura 06** com o mapa dos bairros do município de Santarém apresentado anteriormente (**Figura 04**).

Alguns autores, como Rego e Cavalcante (2022), consideram a Vista Alegre do Juá enquanto um bairro, dado o tempo de permanência dos moradores na área e das proporções geográficas que o lugar possui. Contudo, neste trabalho se considera a Vista Alegre do Juá

enquanto ocupação urbana, uma vez que a área ainda se encontra em processo judicial e não obteve regularização pelo poder público. Exemplo disso é que no atual Plano Diretor de Santarém, de 2018, o terreno está fora da área considerada como perímetro urbano, sendo que anteriormente até mesmo os demais bairros que margeiam a avenida Fernando Guilhon estavam fora da légua patrimonial do município, informação confirmada pela ex-Secretária de Habitação e Regularização Fundiária (SANTARÉM, 2018).

No entanto, após a abertura da avenida Fernando Guilhon, os bairros que hoje se encontram consolidados às suas margens foram surgindo naturalmente a partir de ocupações espontâneas. A ocupação Vista Alegre do Juá segue uma lógica semelhante, porém, iniciada a partir da organização de um movimento popular, o MTLM com apoio de outras organizações, mas com o mesmo objetivo de consolidar-se em bairro. Nesse sentido, no início do processo de ocupação, a área foi dividida em lotes com espaços destinados para a instalação de futuros equipamentos urbanos, tais como posto de saúde, escola e parque, evidenciando a perspectiva do movimento popular para uma futura regularização fundiária.

Segundo Rego e Cavalcante (2022), a área onde a ocupação se estabeleceu fazia parte de uma antiga fazenda rural denominada Fazenda Salvação, da qual a empresa imobiliária Buriti Ltda. reivindica como supostamente sendo a atual proprietária, com o intuito de ampliar o projeto do Residencial Cidade Jardim, localizado entre a ocupação urbana e a APA do Juá (vide **Figura 06**), e que se encontra em fase de loteamento e venda. Em decorrência disso, há mais de uma década a área tem sido palco de diversas disputas sociais e jurídicas pela posse da terra, levando a criminalização do MTLM e dos ocupantes. Contudo, os autores explicam que:

De acordo com dados cartoriais (Certidão de Inteiro Teor e Certidão de Terras) não é possível reconstruir a cadeia dominial da Fazenda Salvação de maneira que se identifique sua origem pública, levantando suspeitas quanto a existência de atos fraudulentos (grilagem) por parte dos primeiros supostos donos, os “Corrêa”, uma família bastante conhecida na cidade e que na época já possuía alguns outros títulos na zona rural do município. Ressalta-se que observando o histórico da cadeia dominial, o referido imóvel ainda está sobre posse da família, vinculada a SISA Salvação Imobiliária-Ltda (Buriti-Ltda). (REGO; CAVALCANTE, 2022, p. 151).

Além de a Buriti não apresentar documentação válida referente à titulação do local, a empresa teve o empreendimento embargado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2012 devido aos danos ambientais causados em decorrência do desmatamento de uma área acima de 186,24 hectares de vegetação próximo ao Lago do Juá, onde a mesma pretende implantar o Residencial Cidade Jardim, provocando o assoreamento do lago. Por outro lado, a Prefeitura de Santarém concedeu em 2017 a autorização para continuação das obras de infraestrutura pela empresa. No mesmo ano, o Ministério Público



ajuizou uma Ação Civil Pública em favor do cancelamento da autorização e para a reparação dos danos ambientais (G1 SANTARÉM, 2017c).

Posteriormente, após uma série de articulação e acordos com a Prefeitura Municipal, Governo do Estado e Ministério Público Estadual e Federal, a empresa Buriti Ltda. conseguiu a licença para retomada do empreendimento do Residencial Cidade Jardim, cujas obras de infraestrutura estão em andamento e, inclusive, com vendas de lotes iniciadas desde 2020. Ao todo, foram disponibilizados para venda 2.423 lotes residenciais e comerciais.

Esses eventos permitem observar como a produção do espaço é tratada de forma desigual pelas instituições do Estado e da sociedade civil. Por um lado, a questão ambiental foi um dos discursos utilizados pelo poder público para justificar a remoção das famílias da ocupação Vista Alegre do Juá durante as duas reintegrações de posse sofridas. Uma vez que a ocupação apresentava riscos para a APA do Juá e estava se espraiando em direção ao lago. Por outro lado, a Prefeitura de Santarém buscou viabilizar a continuação do projeto imobiliário da empresa Buriti, mesmo após as medidas de embargo aplicadas pelos órgãos ambientais embasadas em relatórios técnicos que apontaram o desmatamento na área do loteamento como principal fator responsável pelo assoreamento do lago.

Os moradores da ocupação vêm de uma trajetória de luta pela moradia que, ao questionarem a lógica vigente de produção do espaço urbano pelo próprio ato de ocupar, suas ações representam uma afronta à propriedade privada. Por isso, são vistos com bastante intolerância por uma parte da sociedade, bem como pelo próprio poder público municipal que, com frequência, tratam os mesmos como invasores. Essa intolerância fica clara na fala da ex-secretária de habitação, quando questionada sobre as terminologias invasão/ocupação para se referir ao Vista Alegre do Juá:

Com o passar do tempo, significa a mesma coisa, a invasão, a ocupação irregular, os núcleos informais, o conteúdo é o mesmo, o que mudam são só os nomes. O núcleo informal urbano, a diferença dele vai mudar agora, porque pra mim todas são invasões, ocupações irregulares. Agora núcleo informal urbano consolidado não é todo mundo, é aquele de difícil reversão, considerado o tempo da ocupação, a natureza das edificações, onde tem muitas casas de alvenaria, não é mais palafita, não tem mais casas de fácil destruição. E o núcleo informal urbano, aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar por qualquer modo a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente. Então o núcleo informal urbano que não é consolidado ele não vai se concretizar, um deles eu te digo, é o Juá (Entrevista com a ex-Secretária de Habitação, 2018).

Muito embora a fala da ex-secretária dá a entender que a ocupação Vista Alegre do Juá não teria condições de se consolidar, a dimensão da mesma e a quantidade de pessoas que hoje residem no local indicam o contrário. Em entrevista com representantes da Pastoral do

Menor<sup>9</sup>, que atuam com projetos sociais com crianças e adolescentes em diversos bairros de Santarém, inclusive na ocupação Vista Alegre do Juá, os mesmos apontaram uma estimativa de cerca de 8.000 famílias – mais de 20.000 pessoas – residindo na ocupação atualmente. Isso porque, segundo os mesmos, alguns lotes são divididos entre duas ou mais famílias. Além de que existem na ocupação muitas casas e pontos comerciais construídos de alvenaria, com poços artesianos e instalação de energia elétrica. Nas **Figuras 07 e 08** é possível visualizar a dimensão da ocupação e, de forma geral, a estrutura das casas construídas pelas famílias ocupantes.

**Figura 07** – Ocupação Vista Alegre do Juá (frente para a avenida Fernando Guilhon)



Fonte: Canal Chácara São Jorge Santarém-PA (2022).

---

<sup>9</sup> Serviço da igreja católica alicerçado na ação evangelizadora e que trabalha em prol da defesa da vida das crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e econômica, conforme entrevista realizada.

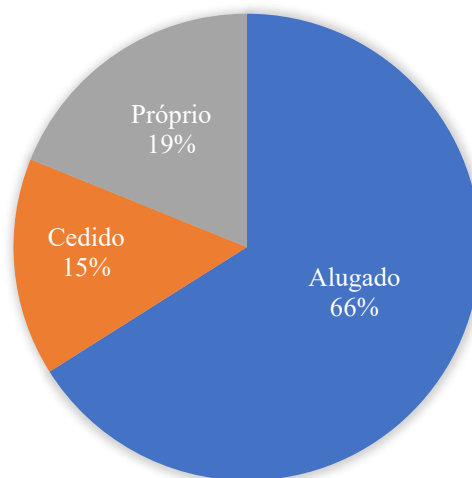
**Figura 08** – Ocupação Vista Alegre do Juá (frente para o rio Tapajós).



Fonte: Canal Chácara São Jorge Santarém-PA (2022).

Com o intuito de levantar *in loco* o perfil socioeconômico dos ocupantes, foram aplicados 53 questionários com os moradores da ocupação Vista Alegre do Juá, no ano de 2019, ainda no âmbito do grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém: instituições e atores”. De acordo com os dados da pesquisa de campo, a maioria dos ocupantes entrevistados moravam anteriormente em casa alugadas (66%) ou cedidas (15%), conforme apontado pelo **Gráfico 01**.

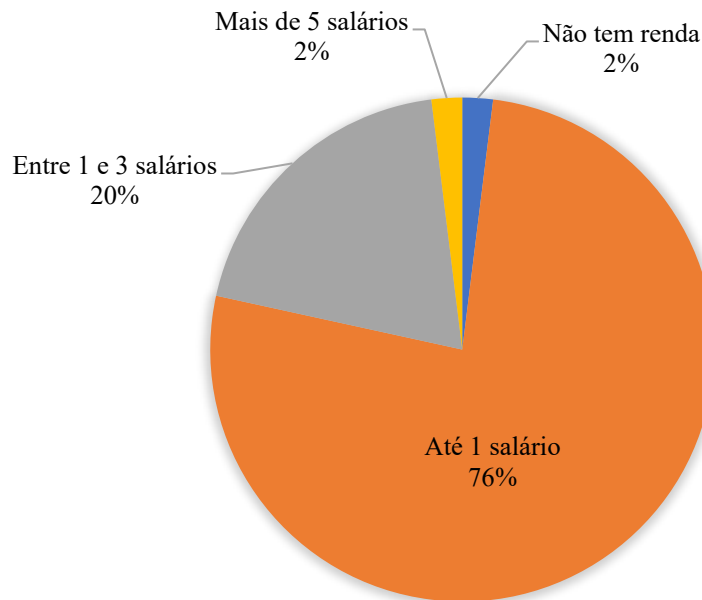
**Gráfico 01** – Condição do Imóvel Anterior dos Ocupantes antes de Morarem na Ocupação



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Os questionários apontaram ainda que os ocupantes, em sua maioria, são pessoas desempregadas ou trabalham na informalidade, cuja renda média mensal de 78% dessas famílias é inferior a um salário mínimo (**Gráfico 02**). Importante destacar que no ano em que as entrevistas com os moradores foram realizadas (2019) o valor do salário mínimo era de R\$ 954,00. Com isso, não ter condições de continuar arcando com o aluguel nos bairros onde moravam anteriormente foi apontado pelos entrevistados como o principal motivo para aquelas famílias terem ido morar na ocupação Vista Alegre do Juá.

**Gráfico 02** – Renda Média Mensal das Famílias da Ocupação Vista Alegre do Juá



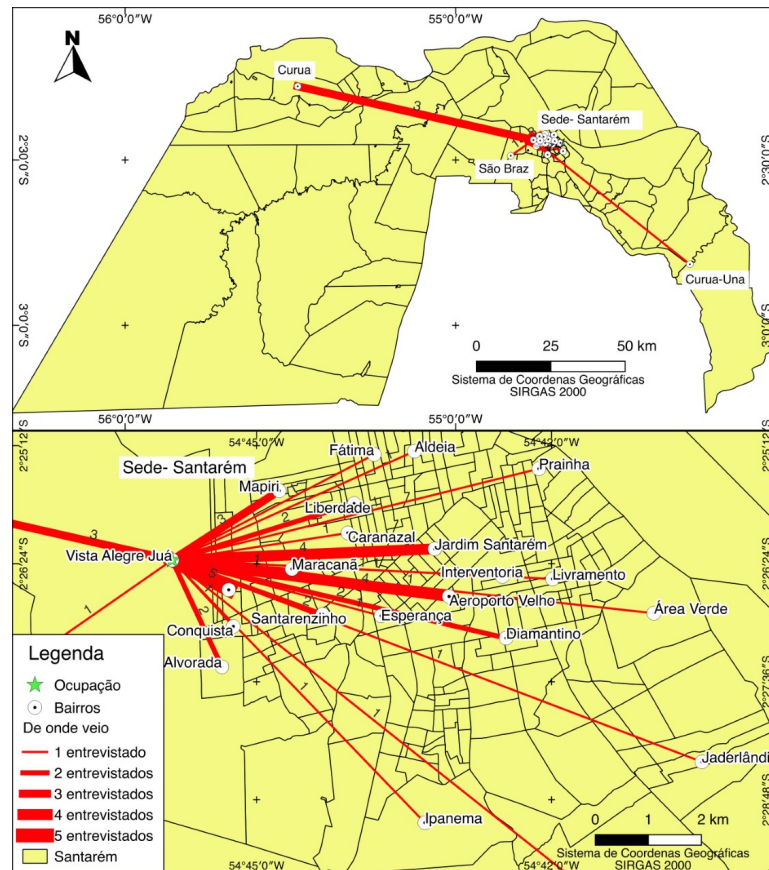
Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Do total dos entrevistados, 38% eram provenientes da zona rural e vieram para a cidade em busca de emprego, melhores condições de vida e de moradia. No entanto, se depararam com uma realidade diferente da qual esperavam e passaram a enfrentar dificuldades para conseguirem emprego e que, somado ao alto custo de morar nos bairros mais próximos ao centro municipal, viram a ocupação Vista Alegre do Juá como única alternativa para exercerem a moradia.

Dos ocupantes provenientes da zona urbana, a maioria veio de outros bairros de Santarém. A **Figura 09** apresenta o mapa do deslocamento das famílias dos bairros e distritos de Santarém para a ocupação. Interessante observar que uma parte significativa dos ocupantes são provenientes dos bairros que margeiam a avenida Fernando Guilhon, tais como Alvorada,

Conquista, Santarenzinho, Maracanã, Elcione Barbalho; outros, de bairros mais centrais da cidade. Essas pessoas estão inclusas no grupo dos que foram forçados a buscarem um lugar com custo de vida mais baixo, considerando a valorização que alguns bairros de Santarém sofreram, incluindo aqueles citados da avenida Fernando Guilhon pelos motivos expostos. Informações que foram confirmadas nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo.

**Figura 09** – Mapa do Deslocamento dos Bairros e Distritos de Santarém para a Ocupação



Fonte: Reis, *et al.* (2020, p. 266).

Além do movimento dos bairros santarenos para a ocupação urbana, pôde-se observar o deslocamento vindo de outros estados, tais como Amazonas, (Nhamundá e Manaus), Maranhão (Pinheiro e Cururuçu) e Ceará (Fortaleza), bem como de outras cidades do Pará: Alenquer, Aveiro, Breves, Oriximiná, Mojuí dos Campos, Monte Alegre e Prainha (REIS, *et al.*, 2020). Fato este que comprova a importância de Santarém enquanto polo econômico do Baixo Amazonas, que tem atraído pessoas em busca de oportunidades de trabalho, embora não necessariamente sejam todas absorvidas pelo mercado, como também em busca de outros serviços dos quais dispõe o município.

A ocupação Vista Alegre do Juá, embora esteja localizada ao lado do *Shopping* Rio Tapajós e Condomínio Tapajós Royal Ville, conforme apontado anteriormente, está longe de

ter acesso às mesmas estruturas que estes dispõem: saneamento básico, áreas de lazer, serviços de coleta de lixo e mesmo escola e saúde. Com isso, constitui-se enquanto expressão da segregação socioespacial da cidade – devido ao deslocamento dos ocupantes provenientes de outros bairros (**Figura 09**) – e, mais especificamente, daquele setor em decorrência da dinâmica de valorização do espaço urbano.

Por outro lado, a ocupação impõe um freio a essa dinâmica de valorização do espaço urbano, coexistindo a centralidade e a periferia e evidenciando a fragmentação do espaço, como apontado por Corrêa (2004) ao explicar a complexa estrutura social em classes do espaço urbano capitalista e exemplificada a partir da sua divisão em áreas residenciais segregadas. Por esse mesmo motivo, ainda persiste o conflito fundiário e a área da ocupação é reclamada pelos investidores imobiliários locais, mais especificamente pelo grupo da Buriti.

Além do conflito externo, a ocupação experimentou um rápido adensamento populacional, existindo hoje, além do MTML, outros grupos e associações com interesses divergentes. Alguns desses grupos, segundo informações da Pastoral do Menor, são formados por pessoas que se aproveitaram do movimento da ocupação para conseguirem lotes com a finalidade de futuramente comercializá-los, obtendo benefícios individuais. Barbosa e Bartoli (2012) denominam práticas como essa de “indústrias da invasão”. Ação que muitas vezes deturpa o próprio movimento perante a sociedade e poder público que, não raramente, generalizam essa conduta de grupos isolados. Para Souza e Teixeira (2009), além de reduzir o grau de legitimidade da posse e do movimento da ocupação, essas ações criam empecilhos para a possibilidade de regularização fundiária.

Assim, muitas áreas foram vendidas dentro da ocupação, o que passou a provocar revolta por parte de alguns grupos que não concordavam com essa postura que, inclusive apontam alguns moradores e representantes da Pastoral do Menor, o próprio MTLM a partir de um determinado momento passou a adotar. Motivo este que ocasionou o que chamaram de “ocupação da ocupação”, onde áreas inicialmente reservadas para instalação de futuros equipamentos urbanos, foram ocupadas à revelia para construção de moradia ou comércio, intensificando o conflito e fazendo o MTLM perder força enquanto liderança. Em entrevista, o representante da Pastoral do Menor expõe:

O que tem sido relevante para que haja essa divergência são os interesses próprios, alguém que vem lucrar com isso. No caso aqui foi isso aí, sem sombra de dúvidas, que aconteceu. A questão dos terrenos que tinham baldios, tomavam de um e davam pra outro. Alguém chegava com dinheiro e dizia: “te dou tanto e tu arranja um terreno pra mim”. Então tirava o mais simples de lá, pessoas simples que realmente precisavam, e dava pra alguém que chegava mais abastado. Eu acho que até hoje se

vacilar ainda acontece. Isso aí foi um ponto que eu acredito que foi fundamental pra que existisse essa divergência. [...] Foi muita área vendida. Aqui ela vendeu as áreas que era da associação do bairro. O próprio terreno do MTLM que era três foi vendido. Essa ocupação ali da frente é a “ocupação da ocupação”. Eles entraram lá porque viram que ela vendeu. Eles pensaram assim: “se ela tá vendendo, a gente vai tomar”. (Entrevista com o representante da Pastoral do Menor e morador da ocupação, 2023).

Apesar da maioria das famílias entrevistadas ter justificado passarem a morar na ocupação Vista Alegre do Juá devido à dificuldade financeira e falta de opção, como mostrado anteriormente nos **Gráficos 01 e 02**, cerca de 19% das famílias que foram morar na ocupação tinham casa própria, e 2% inclusive apontaram uma renda média mensal de mais de 5 salários mínimos. Desses que tinham casa própria, a maioria apontou ter vindo para a ocupação para aproveitar a oportunidade e facilidade de adquirir um outro imóvel, deixando alugado o imóvel anterior e, assim, auferindo uma renda extra, ou mesmo colocando à venda o terreno adquirido na ocupação com alguma benfeitoria realizada.

Terrenos com casas parcial ou totalmente construídas e à venda na ocupação Vista Alegre do Juá são facilmente encontrados em sites como OLX, conforme visualizado nas **Figuras 10 e 11**, por valores a partir de R\$ 70.000,00.

**Figura 10** – Anúncio de Venda de Terrenos na Ocupação.

The image shows a screenshot of an OLX advertisement for a plot of land. The header includes the OLX logo and navigation options like 'Plano Profissional', 'Meus Anúncios', 'Chat', 'Notificações', 'Entrar', and 'Desapegar'. The main content area displays the title 'Terreno no Vista alegre do jua', the location 'Pará > Região de Santarém > Venda - casas e apartamentos > Todas as cidades > Santarém', and the price 'R\$ 70.000'. A photo shows a small, partially constructed building on a dirt lot. Below the photo, there is a 'Dicas de segurança' (Safety tips) section with a checkmark icon and the text: 'Não faça pagamentos antes de verificar o que... Ver todas as dicas.' The bottom of the ad lists details: 'Terreno no jua quadra 9', 'N°16', '10x30', and 'Valor 70.00'.

Fonte: OLX.PA, 2023a.

**Figura 11** – Anúncio de Venda de Terrenos na Ocupação.

Pará > Região de Santarém > Venda - casas e apartamentos > Todas as cidades > Santarém

Vendo uma casa no bairro Vista Alegre do juá

Publicado em 10/04 às 13:09 - cód. 1170952978

R\$ 80.000

Zeckasousa21@gmail.com

Chat

Último acesso há 1 hora

Verificado com:

Na OLX desde fevereiro de 2022

[Ver todos os anúncios](#)

Dicas de segurança

Não faça pagamentos antes de verificar o que... [Ver todas as dicas.](#)

R\$ 0 Condomínio    R\$ 0 IPTU

[Simular Financiamento](#)

2 Quartos    300m<sup>2</sup> Área útil    1 Vaga    1 Banheiro

Terreno 12 por 30 a casa fica a 100 metros da rua principal do juá chana no zap 93 ... [ver número](#)

Fonte: OLX.PA, 2023b.

Esses conflitos internos, além de alterarem as relações internas de poder e tensionarem o funcionamento da ocupação Vista Alegre do Juá, dificultam a luta dos moradores por melhorias para a mesma. Mesmo após mais de uma década de luta e resistência, a ocupação enfrenta bastante dificuldade com relação à falta de infraestrutura e serviços públicos, como o saneamento básico, falta de escolas, agentes de saúde e transporte. Conforme apontam os moradores, apesar do ônibus adentrar a ocupação, ainda não é suficiente para atender a demanda e se limita à principal via de acesso, pois as ruas não oferecem condições para a circulação do veículo. Situação que dificulta para os moradores principalmente em períodos chuvosos onde, em decorrência da falta de saneamento, forma-se muita lama nas ruas.

Contudo, os moradores têm como principal objetivo garantir a regularização fundiária da área da ocupação, pois, na visão dos mesmos, esse é o caminho que levará ao reconhecimento da luta da ocupação e fará com que o poder público possa investir nas políticas urbanas necessárias para a consolidação do futuro bairro. Todavia, essa consolidação pela via institucional é um caminho árduo, uma vez que é notável o apoio do poder público local ao empreendimento imobiliário da Buriti Ltda. em detrimento da ocupação urbana que hoje conta com um expressivo número de moradores.



Além do mais, conforme informações da ex-secretária de habitação do município e de representantes da Pastoral do Menor, ainda existe uma liminar em aberto para a reintegração de posse da área da ocupação Vista Alegre do Juá, não cumprida por falta de força policial no município que desse conta de seu tamanho atual, como ocorreu logo no início e nas ocupações urbanas dos bairros Urumari e Interventoria. Por outro lado, a prefeitura não apresenta uma contrapartida aos ocupantes, ao contrário, o que existe é uma insuficiência das políticas públicas habitacionais. Mesmo as que foram iniciadas, como o Residencial Moaçara I e II (PMCMV), as obras estão inacabadas e encontram-se paralisadas há mais de dez anos, sem que o município apresente uma proposta de articulação para a retomada do empreendimento. Situações que resultam no agravamento dos conflitos fundiários e a intensificação dessas ocupações urbanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando poetiza em sua canção “A Cidade Ideal” que “a cidade é uma estranha senhora que hoje sorri e amanhã te devora”, Chico Buarque de Hollanda sugere que, muito embora a cidade possa apresentar uma perspectiva de melhores oportunidades e do bem viver, coexistem com estes a segregação socioespacial, precárias condições de moradia e trabalho vivenciadas diariamente por uma parcela da população. Nesse sentido, os desafios para as famílias da ocupação Vista Alegre do Juá ainda são gigantes na busca pela consolidação da ocupação e pela garantia de uma melhor estrutura e inserção dos próprios moradores à cidade.

Isso porque a produção do espaço urbano em Santarém vem ocorrendo de acordo com uma política de aquecimento da economia, acirrando a ocupação do espaço por diferentes grupos sociais que atuam na produção do mesmo – mercado imobiliário, agronegócio, trabalhadores assalariados, população de baixa renda. Como consequência, percebe-se que rapidamente ocorre uma verticalização da cidade e formação de áreas seletivas, como loteamentos e condomínios de luxo, que evidenciam o caráter polarizador das cidades, típico de um padrão de cidade industrial que vem vivenciando a expansão da fronteira agrícola, tal qual Santarém experimentou.

A crítica aqui construída não é em relação à verticalização da cidade ou ao processo de industrialização em si, mas em relação à forma como esses grupos se diferenciam na apropriação do espaço urbano cuja produção se revela cada vez mais excludente. Padrão este que se produz em detrimento dos aspectos socioculturais das cidades amazônicas, que tinham tradicionalmente suas dinâmicas baseadas na relação com a floresta e o rio, e provocam uma reestruturação do espaço urbano a partir da gentrificação que faz com que o habitante excluído busque ocupar áreas, na maioria das vezes, desassistidas de infraestrutura e serviços públicos básicos. Isso tudo sem oferecer para essas pessoas uma proposta de integração às novas dinâmicas econômicas que se instalaram.

Neste sentido, torna-se necessário que as políticas habitacionais do município possam ser efetivas no sentido de regular a ocupação do espaço e minimizar o déficit habitacional, garantindo que a população de baixa renda possa ter acesso à moradia pelas vias formais. Destacando, ainda, a importância de se pensar em políticas habitacionais específicas para as cidades amazônicas, visando garantir um mínimo de bem estar e preservação da identidade sociocultural, ao invés da reprodução de modelos homogeneizados dos programas oficiais que buscam antes cumprir uma política de aquecimento da economia do que efetivamente uma política habitacional.

A luta pela moradia protagonizada pelos moradores da ocupação Vista Alegre do Juá, vai muito além do mero acesso à moradia. Evidenciam uma problemática maior, quando questionam a forma como se dá a produção do espaço urbano no município e a inclusão da parcela da população excluída de determinadas áreas da cidade e de políticas urbanas. Evidenciam o problema da especulação imobiliária que deixam muitas áreas da cidade ociosas sem cumprir sua função social, impondo à população santarena o ônus do alto preço de aluguéis e do solo urbano, dos quais as ocupações urbanas são consequência.

Por fim, acreditando ter-se alcançado responder a questão problema e os objetivos, reitera-se o que foi dito no último parágrafo da Introdução reforçando o reconhecimento, enquanto contribuição, dos resultados gerados desde a pesquisa de 2019 para o debate neste tema. Além disso, o mesmo não é conclusivo e, desta forma, acredita-se que pode ser de grande auxílio para o fomento de discussão e de investigações que ainda se fazem necessárias em diversas áreas: ambiental, social, jurídica etc., em relação à ocupação Vista Alegre do Juá. Assim, reitera-se que o mesmo possa vir a ser mais uma contribuição para discussões sobre o desenvolvimento de futuros trabalhos, como em chamar a atenção da academia e sociedade como um todo para a problemática das cidades.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. La Ciudad Calidoscópica. **Apuntes del Cenes**, [S. l.] v. 28, p. 125-196, 2009. Disponível em: <https://revistas.uptc.edu.co/index.php/cenes/article/view/70/72>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- ALVES, Lucimar Naiara dos Santos. **O direito à moradia e a sua relação com o direito à cidade**: o caso do Residencial Salvação, em Santarém/PA. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) – Santarém, 2022.
- AMARAL, Silvana; DAL'ASTA, Ana Paula; BRIGATTI, Newton; PINHO, Carolina Moutinho Duque de; MEDEIROS, Liliam César de Castro; ANDRADE, Pedro Ribeiro de; PINHEIRO, Taíse; ALVES, Pedro Assumpção; ESCADA, Maria Isabel Sobral; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil). **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 367-399, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/K9kcMdvBwLpHFJkdMQgxxfz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- AMAZÔNIA LATITUDE. **Em Santarém, projeto de porto da Embraps ameaça Lago do Maicá**. 2019. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2019/03/12/projeto-de-porto-da-embraps-ameaca-meio-ambiente-e-povos-tradicionais-do-lago-do-maica/>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 1-15, jun. 1994. Disponível em: [http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/25/rbcs25\\_09.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/25/rbcs25_09.pdf). Acesso em: 01 jun. 2023.
- BASTOS, Camila Diniz; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; MIRANDA, Guilherme Marinho; SILVA, Harley; TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v.19, n. 2, p. 251-266, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5362/pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- BARBIERI, Alisson; MONTE-MÓR, Roberto. Mobilidade populacional e urbanização na Amazônia: elementos teóricos para uma discussão. In: RIVERO, Sérgio; JAYME JÚNIOR, Frederico. (Orgs.). **As Amazônias do século XXI**. Belém: EDUFPA, 2008.
- BARBOSA, Tatiana da Rocha; BARTOLI, Estevan. Ordem na Desordem: o planejamento popular nas ocupações urbanas de Manaus. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO, 9., 2012, São Paulo, SP. **Anais [...]**: BRICS e a habitação coletiva sustentável, p. 1-15. São Paulo, 2012.
- BECKER, Bertha. **Amazônia**. 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 01 jun. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Biga vai apresentar em Brasília pautas relacionadas ao PAC nos bairros Uruará e Mapiri.** 2023. Disponível em: <https://santarem.pa.leg.br/biga-vai-apresentar-em-brasilia-pautas-relacionadas-ao-pac-nos-bairros-uruara-e-mapiri/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CANAL CHÁCARA SÃO JORGE SANTARÉM-PA. **Conheça o bairro Vista Alegre do Juá! O mais novo bairro de Santarém.** 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H3IsXQoZDCc>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. **Revista e-Metropolis.** Rio de Janeiro. n.º 17. ano 5, p. 22-29, 2014. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/017/original/emetropolis\\_n17.pdf?1447896366](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/017/original/emetropolis_n17.pdf?1447896366), Acesso em: 01 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. O debate sobre as ocupações urbanas revisitado: entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição. **Revista e-Metropolis,** Rio de Janeiro, n.º 29, p. 32-39, jun. 2017. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/029/original/emetropolis29.pdf?1499539802](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/029/original/emetropolis29.pdf?1499539802). Acesso em: 01 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **A condição periférica: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe.** 2019. 404 f. Tese (doutorado) Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna. (org.). **Cidades na floresta.** São Paulo: Annablume, 2008, p. 13-37.

\_\_\_\_\_. **Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências.** Belém: NAEA, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia,** [s.l.], v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/963>. Acesso em: 01 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia.** 2012. 312 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

COSTA, Tatiane de Cássia da. **A relação cidade e rio na Amazônia: mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém (PA).** 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, 2012.

COSTA, Tatiane de Cássia Silva da. Urbanização e diversidade sócio-espacial no Baixo Amazonas: Santarém e a produção do urbano-regional. **Ensaio de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 71-85, 2015. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/ensaios\\_posgeo/article/view/36284/20978](https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/36284/20978). Acesso em: 01 jun. 2023.

FASE. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. **PAE Lago Grande – Terra e território em debate** (boletim on-line). Novembro de 2019. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/pae-lago-grande-terra-e-territorio-em-debate/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

FORAGI, Rafael. **Uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) Faculdade de Ciências Econômica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

G1 SANTARÉM. **PM cumpre mandado de reintegração de posse em área ocupada no bairro Urumari.** 2017a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/pm-cumpr-mandado-de-reintegracao-de-posse-em-area-ocupada-no-bairro-urumari.ghtml>. Acesso: 09 maio 2023.

G1 SANTARÉM. **Área da União invadida em Santarém é desocupada com o auxílio do CTO e trator.** 2017b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/area-da-uniao-invadida-em-santarem-e-desocupada-com-auxilio-do-gto-e-trator.ghtml>. Acesso em: 09 maio 2023.

G1 SANTARÉM. **Ação é ajuizada na Justiça Federal para cancelamento de licenças do projeto Buriti em Santarém.** 2017c. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/acao-e-ajuizada-na-justica-federal-para-cancelamento-de-licencas-do-projeto-buriti-em-santarem.ghtml>. Acesso em: 02 maio 2023.

G1 SANTARÉM. **CHDU se prepara para iniciar cadastro do Projeto ‘Morar Legal’ em Santarém.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2018/09/14/chdu-se-prepara-para-iniciar-cadastro-do-projeto-morar-legal-em-santarem.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

GLASS, Ruth, **London: Aspects of change.** Londres: MacGibbon & Kee, 1964.

GOMES, Taynara do Vale; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; COELHO, Helder Coelho; OLIVEIRA, Kamila Diniz. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas

determinações. **Cadernos Metr pole**. [online]. vol.19, n.40, p.891-918, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/khBWn7s9zsBh6HfW33DCBWr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2023.

HOEFLE, Scott William. Santarém, cidade portal de fronteiras históricas do Oeste do Pará. **Espaço aberto**, Rio de Janeiro, v. 3, n  1, p. 45-76, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2100>. Acesso em: 01 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Prévia da popula o calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022**. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/POP2022\\_Municipios.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios.pdf). Acesso em: 01 abr. 2023.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 2  ed. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

LEÃO, Andréa Simone Rente. **Na Trilha da Estrada: (des) caminhos do Plano BR-163 Sustentável como concep o para o desenvolvimento sustentável na Amazônia**. 2017. 384f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Gradua o de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LEÃO, Renato Freitas de Castro; OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. O plano diretor e a cidade de fato: o caso de Santarém-PA. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial – EGAL, Heredia, Costa Rica, p. 1-15, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820750.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito   cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Revolu o Urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

LOURENÇO, Thiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. 2014. 232 f. Disserta o (Mestrado). Núcleo de Pós-gradua o em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MARICATO, Erm nia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Metr pole, legisla o e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-167, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxbNRbf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2023.

MONTE-M R, Roberto Luís. What is the urban in the contemporary world? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 942-948, maio-jun, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/xn4dCYWkRGnPqcGZmMMt5Gt/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 02 jun. 2023.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, Edna. (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008, p. 41-58.

OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. Expansão urbana e periferização de Santarém-PA, Brasil: questões para o planejamento urbano. In: X COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona (Espanha). **Anais [...]:** Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008, p. 1-16, Universidad de Barcelona: 2008. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/268.htm>. Acesso em: 02 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Expansión urbana y espacialidade rural-urbana en la Amazonia brasileña: el caso de una periferia urbana en Santarém-PA, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Costa Rica. Número Especial EGAL, p. 1-12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2263/2159>. Acesso em: 02 jun. 2023.

OLX.PA. **Anúncio de venda de terrenos na ocupação**. 2023a. Disponível em: <https://pa.olx.com.br/regiao-de-santarem/imoveis/terreno-no-vista-alegre-do-jua-1094966272>. Acesso em: 24 abr. 2023.

OLX.PA. **Anúncio de venda de terrenos na ocupação**. 2023b. Disponível em: <https://pa.olx.com.br/regiao-de-santarem/imoveis/vendo-uma-casa-no-bairro-vista-alegre-do-jua-1170952978>. Acesso em: 13 maio 2023.

PEREIRA, Sara da Costa. **Implantação do Programa Minha Casa Minha Vida em Santarém**: um caso de violação ao direito à moradia digna. 2014. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Santarém, 2014.

PINHO, Erick Rodrigo Porto; RODRIGUES, Yuri Santana; NOVAK, Fabrício; REIS, Ana Beatriz Oliveira. Conflitos fundiários no Baixo Amazonas: ocupações urbanas na cidade de Santarém (PA). **Revista Científica Foz**. Foz, São Mateus, v. 2, n. 1, p. 143-159, 2019.

RAMOS, José Roberto Branco. **A urbanização de Santarém e a preservação ambiental do Lago do Mapiri**: um estudo de caso. 2004. 117 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional Urbano), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

REGO, Jacilene Cleice da Silva; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Luta por espaço no processo de urbanização em Santarém/PA: análise do bairro Vista Alegre do Juá. **Terra Livre**, São Paulo/SP, ano.37, v. 1, n.58, p. 130-159, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2331>. Acesso em: 23 abr. 2023.

REIS, Ana Beatriz Oliveira; PINHO, Erick Rodrigo Porto; NOVAK, Fabrício; PEREIRA, Thiago Rocha; RODRIGUES, Yuri Santana. As ocupações urbanas na Amazônia e os novos sujeitos coletivos: a atuação do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia na cidade de Santarém -PA. **Revista Terceira Margem Amazônia**: Dossiê Baixo Amazonas. Manaus, v. 3, n. 11, p. 72-86, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/233>. Acesso em: 02 jun. 2023.

REIS, Ana Beatriz Oliveira; SANTOS, Beatriz Abreu dos; PINHO, Erick Rodrigo Porto; RODRIGUES, Yuri Santana. A luta pelo direito à moradia em Santarém-PA: o caso da



ocupação urbana Vista Alegre do Juá. In: BELLO, Enzo; FALBO, Ricardo Nery (Orgs.). **Direito à cidade e ocupações urbanas: pesquisas empíricas**. Rio de Janeiro: Ed. CEEJ, 2020.

RODRIGUES, Yuri Santana. **A política urbana e a reprodução do modelo colonial de “desenvolvimento” na Amazônia: um estudo de caso do processo de revisão do Plano Diretor de Santarém (PA)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Pública). Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Santarém, 2019.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo/SP, n. 89, p. 89-109, Mar. 2011. E, se for de site Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/RVtd8zVwYXXbP74GzMM7tsD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SANTANA, Mizant Couto Andrade de. **Produção do espaço em Santarém-PA**. 2022. 240f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SANTARÉM. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Santarém: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 2010.

SANTARÉM. **Lei nº 20.534, de 17 de dezembro de 2018**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santarém. Santarém: Prefeitura Municipal de Santarém, 2018. Disponível em: [https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1610/1\\_lei\\_n\\_20\\_534\\_de\\_17\\_12\\_2018\\_plano\\_diretor\\_participativo.pdf](https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1610/1_lei_n_20_534_de_17_12_2018_plano_diretor_participativo.pdf). Acesso em: 02 jun. 2023.

SANTARÉM. **Lei 20.852, de 16 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a regularização fundiária urbana no município de Santarém. Santarém: Prefeitura Municipal de Santarém, 2019. Disponível em: [https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1743/4\\_lei\\_n\\_20\\_852\\_de\\_16\\_12\\_2019\\_regularizacao\\_fundiaria\\_urbana.pdf](https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/1743/4_lei_n_20_852_de_16_12_2019_regularizacao_fundiaria_urbana.pdf). Acesso em: 02 jun. 2023.

SANTOS, Beatriz Abreu dos. **As políticas de habitação e urbanização diante da mudança do clima: estudo da vulnerabilidade e da adaptação em Santarém - Pará**. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Curso de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. A produção capitalista do espaço, os conflitos urbanos e o direito à cidade. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos. (Orgs.). **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2011. p. 67-74.

SERPA, Angelo. Morfologia Urbana e Apropriação Social dos Espaços Livres de Edificação na Periferia. In: SERPA, Angelo (org.). **Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano**. Salvador: UFBA, 2001.

SILVA, Madianita Nunes da. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. 259 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do movimento dos Sem-Teto. **Revista Cidades**, Chapecó/SC, v. 6, n. 9, p. 29-66, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12549>. Acesso em: 02 jun. 2023.

TRINDADE, Gesiane Oliveira da. **A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará**. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista simplificado com os moradores**

- 1) Nome:
- 2) Em que município você nasceu?
- 3) Você nasceu na área rural ( ) ou urbana ( )?
- 4) Quantas pessoas há na família?
- 5) Quantos trabalham? Em que trabalham?
- 6) Tem emprego formal ( ) ou informal ( )?
- 7) Qual a renda média mensal da família?  
Até 1 salário ( ) Entre 1 e 3 salários ( ) De 3 a 5 salários ( ) Mais de 5 salários ( )
- 8) Quando chegaram na ocupação?
- 9) Onde, em Santarém, vocês moravam anteriormente (bairro, zona, distrito)?
- 10) Quais motivos levaram vocês a sair de onde estavam?
- 11) A casa anterior era própria ( ), alugada ( ), cedida ( )?
- 12) Por que você escolheu esta ocupação?

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a SEHAB (antiga CHDU)**

- 1) Quantas ocupações urbanas existentes em Santarém o poder público municipal tem conhecimento?
- 2) Quais delas estão sujeitas a reintegração de posse ou em processo de regularização?
- 3) Há uma contrapartida por parte do poder público para os ocupantes no caso de uma reintegração de posse?
- 4) Qual a visão do poder público sobre as ocupações? Considera legítimas ou ilegítimas? Por quê?
- 5) Há outras estratégias/políticas habitacionais por parte do poder público municipal para tentar resolver esses conflitos fundiários?
- 6) Como o poder público dialoga com os ocupantes e movimentos sociais sobre a situação das ocupações urbanas?
- 7) O que é preciso para que uma ocupação urbana se consolide em um bairro?
- 8) Quais são os principais desafios para o exercício do direito à moradia em Santarém pela população de baixa renda?
- 9) Quais são as dificuldades/limitações da SEHAB quanto à regularização fundiária do município?

## APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com a FASE

- 1) Fale um pouco sobre a FASE e da atuação da mesma em prol da defesa do Direito à Cidade em Santarém.
- 2) O que você pode falar a respeito do atual contexto em torno da habitação e do direito à moradia no município?
- 3) Como que a FASE entende o discurso e atuação do Poder Público local nesse tema? É possível identificar grupos beneficiados e grupos prejudicados pela atuação do mesmo?
- 4) Qual a avaliação que pode ser feita sobre a forma como se sucedeu o resultado do processo de revisão do Plano Diretor de Santarém em 2018? E quais as implicações desse resultado para a produção do espaço urbano no município?
- 5) Como a FASE avalia a gestão da ex-Secretária de Habitação em relação às políticas habitacionais e regularização fundiária no município? E o que pode ter causado a exoneração da mesma?
- 6) Sobre a ocupação Vista Alegre do Juá e o MTLM, a FASE tem acompanhado o atual contexto da ocupação e os conflitos que lá ocorreram durante o período da pandemia até o momento?
- 7) Vocês têm conhecimento de quem são as lideranças hoje na ocupação do Juá?
- 8) Além da Vista Alegre do Juá, podemos apontar outras seis ocupações urbanas no município (Alto Vigia, Bela Vista, Ipanema, Matinha, Monte das Oliveiras e Rua Palhão), tendo as mais recentes surgidas em 2014. Além das citadas, a FASE tem conhecimento de alguma outra ocupação urbana que tenha surgido desse período até o até o presente momento?
- 9) E com relação às ocupações citadas, vocês têm articulação com alguma delas ou conhecem alguma liderança?
- 10) Os dados mais recentes divulgados pelo poder público a respeito do déficit habitacional de Santarém são de 2010. A FASE possui dados mais atuais?
- 11) Quais são os principais desafios para a superação do déficit habitacional e o exercício do direito à moradia em Santarém pela população de baixa renda?
- 12) De forma breve, você pode me falar a respeito do Conselho das Cidades que está sendo formado? O que é e quais os objetivos?

## **APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com a Pastoral do Menor**

- 1) Além de morar na ocupação, vocês fazem parte da Pastoral do Menor e de alguma associação de moradores do Juá?
- 2) O que provoca essas divergências entre grupos dentro da ocupação?
- 3) Então até o MTLM em um determinado momento começou a vender os lotes?
- 4) Como está o MTLM hoje?
- 5) Quantas pessoas/famílias existem atualmente na ocupação?
- 6) O que é a Pastoral do Menor e de que forma ela tem apoiado a ocupação do Juá?
- 7) Quais as principais dificuldades e/ou conflitos enfrentados pela ocupação hoje?
- 8) Há diálogo com a Prefeitura sobre a possibilidade de regularizar a área da ocupação?
- 9) Quais são os principais opositores da ocupação?